

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
BRUNO AMÉRICO DALLA PRIA

**INTRODUÇÃO A AUDITORIA EXTERNA PARA MICRO E MÉDIAS EMPRESAS**

CURITIBA  
2016

BRUNO AMÉRICO DALLA PRIA

## **INTRODUÇÃO A AUDITORIA EXTERNA PARA MICRO E MÉDIAS EMPRESAS**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Auditoria Integral, Departamento de Ciências Contábeis, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Msc. Celso da Rosa Filho

CURITIBA

2016

## RESUMO

O presente trabalho aborda conceitos introdutórios dos conceitos teóricos de auditoria externa, demonstrando conhecimento técnico para desenvolvimento de trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras, abordando conceito de auditoria externa, conceito de riscos de auditoria, preparação de planejamento para execução de trabalhos, dos testes de auditoria a serem abordados em algumas áreas comuns de empresas que confeccionam as demonstrações financeiras.

O Presente trabalho traz uma abordagem de Auditoria diretamente inserida em uma Empresa Modelo corroborando toda a pesquisa Bibliográfica relacionada ao tema, e a Abordagem de Auditoria como embasamento à Opinião Firmada no Relatório de Auditoria proposto.

Palavras-chave: Auditoria externa, controles internos, riscos de auditoria, demonstrações financeiras, relatórios de auditoria.

## **ABSTRACT**

The present work deals with introductory concepts of theoretical understanding of external audit, demonstration of technical knowledge for development of audit work of financial statements, concepts of external audit, concept of audit risks, preparation of planning for work execution, audit tests a Be addressed in some common areas of companies that make such financial statements.

The present work traced an approach to audit introduced directly into a company model corroborating a whole research Bibliography related to the subject, and an Audit Approach as a basis in Opinion Signed in the proposed Audit Report.

**Keywords:** External audit, internal controls, audit risks, financial statements, audit.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – CONFRONTO RISCOS INERENTE E RISCO DE CONTROLE .....	18
TABELA 2 – PLANEJAMENTO DE HORAS .....	21
TABELA 3 – GUIA DOS PAPEIS DE TRABALHO .....	28
TABELA 4 – ENTENDIMENTO REFERENCIA PAPEIS DE TRABALHO .....	30
TABELA 5 – SALDOS BALANÇO PATRIMONIAL EMPRESA MODELO 2014 E 2015 .....	40
TABELA 6 – DRE EMPRESA MODELO 2014 E 2015 .....	41
TABELA 7 – CALCULO MATERIALIDADE EMPRESA MODELO .....	41
TABELA 8 – PLANEJAMENTO DE HORAS EMPRESA MODELO .....	42

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1 CONTEXTO E PROBLEMA .....	8
1.2 OBJETIVOS .....	9
1.3 JUSTIFICATIVA .....	9
<b>2 REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA .....</b>	<b>11</b>
2.1 AUDITORIA NO MUNDO .....	11
2.2 AUDITORIA NO BRASIL.....	12
2.3 OBJETIVO DA AUDITORIA EXTERNA .....	13
2.4 PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA .....	14
2.5 TESTE DE OBSERVÂNCIA .....	14
2.6 TESTES SUBSTANTIVOS.....	15
2.7 DEFINIÇÃO DOS RISCO PARA EXTENSÃO DOS TRABALHOS.....	16
2.8 RISCO INERENTE:.....	17
2.9 RISCO DE CONTROLE .....	18
2.10 PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA .....	19
2.11 CONHECENDO A EMPRESA.....	19
2.12 PLANEJANDO HORAS A SEREM UTILIZADAS .....	21
2.13 DEFININDO A MATERIALIDADE .....	22
2.14 CONTROLES INTERNOS.....	24
2.15 ENTREVISTA .....	26
2.16 DESENHO E IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES .....	26
2.17 TESTES DE OBSERVANCIA E/OU TESTES SUBSTANTIVOS .....	27
2.18 PAPÉIS DE TRABALHO .....	28
2.19 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	30
2.20 BALANÇO PATRIMONIAL .....	31
2.21 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO .....	32
2.22 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS .....	33
2.23 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO .....	33
2.24 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA .....	33
2.25 NOTAS EXPLICATIVAS.....	34
2.26 CARTA DA ADRMINISTRÇÃO .....	34
2.27 RELATÓRIOS DE AUDITORIA.....	35

<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>38</b>
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	38
3.2	CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO.....	38
3.3	UNIVERSO DA PESQUISA.....	38
3.4	INSTRUMENTOS UTILIZADOS.....	38
<b>4</b>	<b>RESULTADOS / ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>43</b>
4.1	ANÁLISE DOS DADOS.....	43
4.2	RESULTADOS .....	43
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>48</b>
<b>6</b>	<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>49</b>
	<b>ANEXO I PAPEL DE TRABALHO PARA RESUMO DE ATAS.....</b>	<b>51</b>
	<b>ANEXO II PAPEL DE TRABALHO PARA CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA..</b>	<b>52</b>
	<b>ANEXO III PAPEL DE TRABALHO PARA IMOBILIZADO .....</b>	<b>53</b>
	<b>ANEXO IV PAPEL DE TRABALHO PARA OBRIGAÇÕES SOCIAIS E</b>	
	<b>TRIBUTÁRIAS.....</b>	<b>55</b>
	<b>ANEXO V PAPEL DE TRABALHO PARA PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>	<b>56</b>
	<b>ANEXO VI PAPEL DE TRABALHO PARA EVENTOS SUBSEQUENTES.....</b>	<b>57</b>
	<b>ANEXO VII PAPEL DE TRABALHO PARA RECEITAS.....</b>	<b>58</b>
	<b>ANEXO VIII PAPEL DE TRABALHO DE RECALCULO DOS TRIBUTOS SOBRE A</b>	
	<b>RECEITA.....</b>	<b>59</b>
	<b>ANEXO IX PAPEL DE TRABALHO DE VOUCHER DE CUSTOS.....</b>	<b>60</b>
	<b>ANEXO X PAPEL DE TRABALHO DE VOUCHER DE DESPESAS</b>	
	<b>ADMINISTRATIVAS .....</b>	<b>62</b>
	<b>ANEXO XI RELATÓRIO DE AUDITORIA PARA PEQUENA EMPRESA SEM</b>	
	<b>RESSALVA.....</b>	<b>65</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

Tendo em vista o ambiente empresarial atual, e as necessidades de informações precisas a curto prazo para tomada de decisão por parte dos empresários, levando em consideração a necessidade de alta performance das empresas nos seus objetivos para com os pequenos e médios empresários, e precisão dos números afim da formação de preço, surge como dúvida a contratação da Auditoria externa para com os benefícios na confiabilidade e entendimento quanto a extensão destas análises.

A auditoria é o exame de demonstrações e registros administrativos. O auditor observa a exatidão, integridade e autenticidade de tais demonstrações, registros e documentos. (Arthur W. Holmes, Auditing, principles and procedure, 1956).

Neste âmbito esta monografia traz a este pequeno e médio empresário entendimento dos procedimentos e extensão mínimos necessários para a auditoria, afim de sanar a falta de conhecimento do pequeno empresário para com os benefícios e objetivos da Auditoria Externa quanto a execução de seus procedimentos na entidade e seus benefícios para com as demonstrações financeiras como ferramenta Gerencial da entidade a ser Auditada.

A auditoria externa em prática vem para auxiliar os empresários para confiabilidade das informações de controles internos e saldos contábeis atualizados destas empresas afim de utiliza-las para a tomada de decisão. A Auditoria externa utiliza-se de procedimentos afim de identificar problemas ou falhas afim de melhorar o desempenho e processos trazendo assim então a confiabilidade nas informações contábeis.

Auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmação, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes. (Crepaldi, 2002)

O Entendimento dos trabalhos de auditoria externa não sendo apenas uma abordagem de revisão de saldos para emissão de um relatório de auditoria, mas sim



como um conjunto de técnicas e conhecimentos técnicos afim de avaliar o conjunto de riscos dos controles internos unidos a testes de auditoria, afim de concluir quanto a opinião relativa as demonstrações financeiras de uma entidade.

## 1.2 OBJETIVOS

- Objetivo Geral

Identificar os conhecimentos e necessidades ao empresário quanto a extensão dos trabalhos de Auditoria externa.

- Objetivos Específicos

- Identificar os preceitos introdutórios que o Auditor Independente em sua abordagem nos trabalhos.
- Esclarecer entendimentos quanto a mensuração dos riscos durante o trabalho de auditoria das demonstrações contábeis;
- Sanar conceitualmente embasamento mínimo para um planejamento dos trabalhos de auditoria.
- Embasar tecnicamente exemplos de testes a serem executados em áreas padrão em empresas com demonstrações financeiras.
- Promover exemplo de relatório de auditoria para pequenas e médias empresas.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Este tema tem como preceito introdutório, a dúvida pertinente do médio e pequeno empresário quanto a extensão dos trabalhos de Auditoria Externa, entendimento quanto a abordagem, e modelos de implicação real a uma empresa Modelo.

Qual a justificativa de um relatório de Auditoria. justificando a confiança dos controles e saldos de relatórios gerenciais, envolvendo os riscos das demonstrações

financeiras, trazendo ao leitor conceitos introdutórios de Auditoria, assim como uma abordagem superficial da história da Auditoria no Brasil.

O empresário será capaz de entender o porque de solicitações da Auditoria Externa, tendo assim entendimento dos objetivos a serem alcançados com a Auditoria Externa em sua empresa.

Ha uma certa resistência por parte das pequenas e médias firmas em seguir os padrões internacionais. Para ele, isso é fruto do desconhecimento de como estudar e aprofundar os temas. (Cowperthwaite 2012, p. 36)

## 2 REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

### 2.1 AUDITORIA NO MUNDO

A Auditoria vem ao longo do período unida quase como paralelamente a evolução da contabilidade, tendo como principal evolução a crescente gama de investimentos de capital estrangeiro nas empresas do país levando assim a grande necessidade de revisões contábeis e auditoria das demonstrações financeiras elevando assim a confiabilidade nos saldos demonstrados. Levando em consideração que historicamente as grandes empresas eram fechadas e pertenciam a grandes famílias como o passar do tempo foram surgindo em maior número empresas fora destes círculos, levando assim o acirramento da concorrência, surgindo assim a necessidade de melhorar os controles internos da entidade assim como o aumento fabril e desenvolvimento tecnológico, surgindo assim a necessidade de captação de recursos junto a bancos e a outros sócios, no entanto, estes futuros investidores precisavam de garantias de que os números apresentados estavam exatos, com liquidez e rentabilidade por meio das demonstrações financeiras, que contem o balanço patrimonial da empresa, demonstração do resultado, demonstrações do patrimônio líquido, demonstrações das origens e aplicações de recursos e notas explicativas, todas estas com a opinião de um profissional independente, evoluindo assim o Auditor externo.

Conforme William Attie (2011) em essência, a causa da evolução da auditoria, que é decorrente da evolução da contabilidade, foi a do desenvolvimento econômico dos países, síntese do crescimento das empresas e da expansão das atividades produtoras, gerando assim crescente complexidade na administração dos negócios e de práticas financeiras.

A necessidade de confirmação das informações contidas na contabilidade da empresa assim como a aplicação dos grandes volumes investidos por outras empresas desencadearam a necessidade de confirmação e confiabilidade dos saldos apresentados, levando assim ao surgimento do Auditor.

Tendo em vista historicamente evidencias da existência da profissão desde o século XIV, autores informam que a profissão é cronologicamente recente, elevando assim ano a ano sua necessidade de aperfeiçoamento e rigorosa fiscalização.

Segundo Willian Attie (2011) Foi a partir da criação da SEC em 1934, nos Estados Unidos, que a profissão de auditor assume importância e cria um novo estímulo, uma vez que as empresas que transacionam ações na Bolsa de Valores foram obrigadas a se utilizarem dos serviços de auditoria para dar maior credibilidade a suas demonstrações contábeis.

## 2.2 AUDITORIA NO BRASIL

A evolução da Auditoria no Brasil baseia-se na abertura do mercado brasileiro para empresas internacionais de auditoria independente, tendo em vista o capital estrangeiro investido nas empresas brasileiras gerando assim a necessidade de demonstração contábeis mais confiáveis gerando assim a necessidade de também empresas estrangeiras auditando assim as empresas brasileiras e opinando quanto a rentabilidade e confiabilidade nos saldos apresentados.

Abaixo listamos os principais fatores que levaram a evolução da Auditoria Independente no Brasil:

- a) Filiais e subsidiárias de empresas estrangeiras;
- b) Evolução e disciplina dos mercados de capitais em 1965;
- c) Criação da Comissão de Valores Mobiliários e da Lei das Sociedades por Ações em 1976;
- d) Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e Banco Central do Brasil;

Mesmo com esta evolução, no Brasil ainda condiciona-se os trabalhos de auditoria independente como necessidade, sendo esta, somente aplicada para as empresas integrantes ao seleto grupo das empresas de capital Aberto, ou seja, as Sociedades Anônimas sendo estas com capital aberto com ações negociadas em bolsas de valores e capital fechado, para empresas com investidor de grande porte.

Estas Sociedades Anônimas mencionadas em diversas literaturas como "S.A." tem como balizador a Lei das Sociedades Anônimas criada em 1976 denominada Lei nº 6.404/76. Nesta Lei determinou que as demonstrações financeiras ou contábeis das companhias abertas serão obrigadas a contratação de Auditores Independentes para opinião de suas demonstrações.

Mais adiante a evolução da Auditoria no Brasil, ocorreram mudanças que trouxeram a modernização das normas brasileiras frente as normas internacionais de contabilidade, denominados Pronunciamentos Contábeis.

Em 14 de maio de 1999 foi publicada a instrução pelo Conselho de Valores Mobiliários, instrução CVM N° 308, a qual dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente frente ao mercado de capitais, onde define deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas frente aos auditores independentes.

### 2.3 OBJETIVO DA AUDITORIA EXTERNA

O principal objetivo do Auditor externo e/ou independente é expressar opinião quanto a veracidade da posição patrimonial e financeiras preparadas pela entidade auditada, assim como opinar quanto a eficácia dos seus controles internos também auditados afim de opinar quanto a posição da empresa.

De acordo com Attie (2011) o objetivo principal pode ser descrito, em linhas gerais, como sendo o processo pelo qual o auditor se certifica da veracidade da totalidade das demonstrações contábeis preparadas pela companhia auditada.

Estas demonstrações financeiras devem ser preparadas de maneira que seja possível demonstrar com clareza a verdadeira posição da empresa frente a seus direitos, obrigações e resultados das operações realizadas no período examinado pela auditoria independente incluindo os princípios da contabilidade publicada pela resolução CFC n° 750/93, são eles:

- a) Princípio da Entidade;
- b) Princípio da Continuidade;
- c) Princípio da Oportunidade;
- d) Princípio do Registro pelo Valor Original;
- e) Princípio da Atualização Monetária;
- f) Princípio da Competência;
- g) Princípio da Prudência;

## 2.4 PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

Os procedimentos de Auditoria devem ser aplicados no exame dos controles internos que mitigam o risco inerente e risco de controle dos saldos apresentados nas demonstrações financeiras e suas operações durante o exercício das análises pelo Auditora Independente.

Estes procedimentos devem ser analisados pelo Auditor durante a etapa de planejamento selecionados a aplicados em consenso frente as normas de auditoria, por profissionais qualificados com capacidade técnica comprovada através de exame de suficiência frente ao Conselho federal de Contabilidade e Comissão dos Valores Mobiliários.

O Auditor no momento do exercício dos trabalhos, deverá aplicar com competência, independência frente ao cliente, no estudo dos controles internos da entidade, avaliando os documentos comprobatórios, coletando provas e evidências das operações realizadas pela entidade suficientemente que auxiliem a formulação de sua opinião sobre as demonstrações Contábeis em cheque.

Os procedimentos e extensão aplicados durante o trabalho variam de acordo com os riscos e complexidade das operações envolvidas durante a aplicação dos testes substantivos e testes de observância.

## 2.5 TESTE DE OBSERVÂNCIA

O Auditor quando da execução de seus trabalhos, sempre com um curto período de tempo para esta execução, utiliza do teste de observância e/ou exame de aderência tem como base a obtenção da confiabilidade (segurança) do cumprimento dos procedimentos de controles internos estabelecidos pela entidade estão efetivos ou não efetivos em seu funcionamento.

De acordo com Cunha, Beuren e Hein (2006) eles “têm como objetivo a verificação e avaliação dos controles internos, se estes estão de acordo com os processos requeridos pela administração e se são suficientemente seguros e confiáveis para a devida salvaguarda do patrimônio”

Muito utilizado durante os exames de controles internos, os testes de observância são aplicados no entendimento da extensão do controles e na

efetividade do controle, como por exemplo, caso o auditor queira visualizar o fluxo de coleta de documentos pessoais de um funcionário no seguindo um check list, do Recursos humanos (controle interno) o auditor solicita a pasta funcional do funcionário o qual deve conter todos os documentos do funcionário assim como todos os atestados médicos e histórico funcional, o auditor por sua vez confronta as necessidades do check list com os documentos contidos na pasta funcional, observando os documentos ali contidos, atestando a eficiência ou não do controle.

De acordo com Ferreira (2007) o auditor deve verificar a existência, efetividade e continuidade dos controles internos. Os cuidados devem ser no sentido de constatar se os controles previstos estão funcionando de fato ou se constam apenas em manuais, sem que aja a efetiva aplicação.

Os Testes de Observância estão muito presentes na execução dos controles internos, quando da sua não efetividade, o auditor efetua confecção de relatório de melhoria dos controles internos, assim como quando da sua eficácia o auditor pode proceder para os testes substantivos quanto a este controle.

## 2.6 TESTES SUBSTANTIVOS

Os Testes substantivos por sua vez tem por finalidade coleta de evidência e/ou constatação quanto a eficácia e exatidão das operação realizadas pela área contábil da empresa.

De acordo com Ferreira (2007) por intermédio dos testes substantivos, o auditor pode apurar se os saldos das contas indicam adequadamente a situação do patrimônio e suas variações, procedimento que lhe possibilita identificar se há contas com saldos subavaliados ou super avaliados.

De acordo com Ferreira (2007) existem dois tipos de testes substantivos: Testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.

- Testes de transações e saldos

De acordo com Ferreira (2007) nos testes de transações e saldos , o auditor verifica se os fatos contábeis foram adequadamente registrados, de forma que as

contas apresentem uma avaliação correta dos elementos patrimoniais e de suas variações no período considerado.

Com base neste teste o auditor independente consegue opinar quanto as informações incisas das demonstrações financeiras.

De acordo com Ferreira (2007) a quantidade de transações e saldos que o auditor examinará depende da avaliação que ele tenha feito dos controles internos, durante os testes de observância.

- Procedimentos de revisão analítica

Procedimentos de revisão analítica são a análise do auditor em verificar possíveis distorções em saldos históricos e operações anormais as rubricas em análise, que o direcionem sua opinião a outro curso que não o normal.

De acordo com Almeida (2003) O objetivo da revisão analítica é detectar e analisar situações anormais e significativas constatadas nas demonstrações contábeis, mais precisamente nas contas do balanço patrimoniais e nas de resultado.

De acordo com Almeida (2003) Essa revisão auxilia a identificar áreas prioritárias ou áreas com problemas, onde, portanto, o auditor deverá concentrar sua atenção.

A revisão analítica tem como base uma pré análise das principais áreas a serem abordadas pelo controle interno em conexão com a análise dos riscos envolvidos nas principais operações da empresa.

## 2.7 DEFINIÇÃO DOS RISCO PARA EXTENSÃO DOS TRABALHOS

Os principais riscos encontrados na Auditoria Externa, são o risco inerente, risco de controle.

O maior risco de Auditoria pode ocorrer quando tecnicamente a opinião relacionada as demonstrações contábeis da empresa são inadequadas, afim de evitar esta inadequação o Auditor deverá efetuar uma análise dos riscos inerentes e riscos de controles.

De acordo com a NBC T 11, estas análises devem ser planejadas considerando a relevância em diversos fatores: a empresa como um todo em seu



âmbito geral frente a sociedade, como suas atividades, qualidade técnica da administração, análise dos controles internos, e a situação Econômico-financeira da empresa e volume de transações em suas rubricas contábeis.

Entende-se por “risco geral de auditoria” aquele risco de se concluir e opinar de que as contas anuais tomadas em conjunto refletem a imagem fiel da companhia quando na realidade não é assim, e o risco de que, embora elas reflitam a imagem fiel da companhia, o auditor conclua que elas não a refletem.

## 2.8 RISCO INERENTE:

O risco inerente envolve o risco original o qual é encontrado na rubrica contábil que envolve a operação realizada pela empresa que independe do risco de controle e/ou do risco de detecção.

Portanto, o risco inerente sofre influencia direta da natureza da rubrica, conforme exemplos abaixo mencionados:

- Rubricas que sofrem ajustes por cálculos de extrema complexidade;
- Caixa e equivalentes de caixa (Caixas e bancos) que dependendo da saúde da empresa podem sofrer diretamente a influencia dos proprietários da empresa;
- Rubricas redutoras de Ativos e Passivo (rubricas de estimativas contábeis) tem um risco elevado frente as demais rubricas.

Dentro do risco inerente é importante mencionar a abertura de dois novos riscos, os riscos externos e internos.

- Riscos Externos

Dentre os principais riscos, podemos envolver o cenário econômico em que a empresa desenvolve suas atividades, assim como, rubricas que sofrem influencia direta sobre a oscilação de moeda estrangeira. Adicionalmente podemos exemplificar o cenário comercial, em que seu produto esta inserido, onde efetua analise da concorrência sobre sua evolução de participação no mercado.

- Riscos Internos

A principal influencia detectada como risco interno, fica a cargo a participação de acionistas assim como os dirigentes da empresa, com bônus sobre os resultados da mesma, sendo assim a principal rubrica que sofre contato com estes riscos fica a cargo da receita, sendo o (cut-off) de final de exercício. Outros riscos podem ser encontrados em estimativas de contingências e a alta rotatividade dos gestores da empresa, assim como, erros encontrados em análises de períodos anteriores.

De acordo com Cooper e Lybrand (1996) As características do risco inerente são atribuíveis a saldos contábeis ou às classes de transações específicas e podem afetar a todos os objetivos de auditoria.

## 2.9 RISCO DE CONTROLE

O risco de controle fica a cargo de identificação do Auditor no momento em que efetua as entrevistas junto aos responsáveis pelas operações da empresa, por exemplo, se a empresa efetua produção e venda ao varejo, podemos efetuar análise do fluxo de vendas, desde o primeiro contato com o cliente até o recebimento do numerário cobrado pelos produtos, dentro deste fluxo serão mapeados diversos controles, estes funcionando ou não existe o risco de controle, tendo em vista a principal operação da empresa estar voltada a este fluxo.

De qualquer forma, é o funcionamento adequado do controle interno quem determina a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos substantivos.

Após determinar a extensão dos risco inerente e risco de controle, estabelecemos a extensão dos testes substantivos a serem abordados, conforme tabela abaixo:

	RISCO DE CONTROLE		
RISCO INERENTE	ALTO	MÉDIO	BAIXO
ALTO	MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO
MÉDIO	BAIXO	MÉDIO	ALTO
BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO

TABELA 1 – CONFRONTO RISCOS INERENTE E RISCO DE CONTROLE

## 2.10 PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA

Para os trabalhos de auditoria serem executados de forma excelente, mantendo um nível de qualidade satisfatória frente a um baixo custo de execução, o auditor deve seguir as normas de auditoria, afim de atingir os principais objetivos nesta etapa.

De acordo com Almeida (2003) os principais objetivos a serem atingidos são adquirir conhecimento sobre a natureza das operações, dos negócios e forma de organização da empresa, assim como determinar a natureza, amplitude e datas dos testes e identificar previamente os problemas relacionados com a contabilidade, auditoria e impostos.

## 2.11 CONHECENDO A EMPRESA

Para identificar estes itens o Auditor deve efetuar uma pré análise da empresa reunindo-se junto a Administração, onde conseguirá desenvolver um questionário preliminar das principais operações da mesma identificando os principais riscos envolvidos nos trabalhos. Para esta identificação de acordo com Almeida (2003) obter esse conhecimento prévio da empresa, o auditor externo deve estudar, principalmente, as seguintes áreas: Financeira, Contábil, Orçamentária, Pessoal, Fiscal e Legal, Operações, Vendas e Suprimentos.

- Financeira

Para a área financeira o auditor deve questionar a buscar informações relacionadas a saúde das transações com clientes e fornecedores quanto a liquidação de suas duplicatas elencando os principais clientes e fornecedores, principais investimentos realizados ao longo do período em análise, assim como problemas de liquidez em suas finanças. Outro ponto fundamental fica quanto a captações de recursos, e movimentações destes em seu fluxo de caixa.

- Contabilidade

Levando em consideração que a confecção fica a cargo da empresa auditada, o auditor deve alinhar com a administração quando a mesma poderá ser revisada, assim como quais os princípios contábeis adotados em sua confecção, exercício social em análise, se todas as conciliações de rubricas abordadas pela demonstração contábil estão confeccionadas e por fim se existe alguma inconsistência identificada pela administração quanto aos saldos contábeis e/ou operações não reconhecidas em sua contabilidade.

- Orçamentária

O Auditor deve solicitar uma pré análise da administração quanto as variações significativas incorridas entre o orçado x real.

- Pessoal

Principalmente em empresas de prestação de serviços quando o seu principal insumo fica relacionado a funcionários, o auditor deve ter pleno conhecimento quanto as políticas de admissões, treinamentos, avaliações, funcionários em regime de pessoa jurídica (terceirizados) e rotatividade de funcionários chaves.

- Fiscal e Legal

Nesta área o Auditor deve identificar junto a administração possíveis passivos e ativos, e sua situação frente a justiça, identificar a forma de escrituração dos livros fiscais e suas necessidades, identificar também mudanças no contrato social e estatuto social da entidade.

- Operação

Nesta área o auditor deve identificar a forma de controle e movimentação dos ativos fixos (Imobilizados), quanto ao maquinário se parado e/ou obsoleto, quanto ao giro dos estoques e incremento e/ou descontinuidade de produtos, assim como questionar a administração quanto aos inventários cíclicos e/ou anual.

- Vendas

A administração quando indagada deve fornecer informações relativas a políticas de vendas dos produtos, marketing relacionado, provisões quanto a garantias e breve comparativo de fatia do mercado dos seus produtos frente aos concorrentes.

- Suprimentos

O auditor nesta área deverá identificar os principais funcionários atuantes nela, levando em consideração importante informação quanto aos limites de alçadas de aprovação, principais fornecedores, assim como política de recebimento.

## 2.12 PLANEJANDO HORAS A SEREM UTILIZADAS

Nesta fase o auditor deverá levar em consideração todas as áreas a serem abordadas durante a execução dos trabalhos levando em consideração o levantamento prévio de horas contidas na proposta assim como as classes de profissionais envolvidos no trabalhos, determinando as fases de execução como por exemplo:

- a) Análise e Testes dos controles Internos;
- b) Análise e testes substantivos de saldos contábeis – Etapa Final;

	Sênior	Assistente	Trainee	TOTAL
Áreas Envolvidas				
Planejamento	16			
Controle Interno				
Entrevista Preliminar	4	4	4	12
Levantamento Fluxo de Atividades		4	4	8
Identificação de controles		4		4
Testes de Observancia		4	2	6
Testes Substantivos		4	4	8
Revisão Final	8			8
Final				
Advogados		4	1	5
Resumo de Atas e Contrato Social			4	4
Caixa e equivalentes de caixa			4	4
Contas a receber		8		8
Estoques		10	10	20
Despesas antecipadas			5	5
Investimentos		8		8
Permanente		8	8	16
Fornecedores		8		8
Contas a pagar		4	4	8
Empréstimos		4	4	8
Patrimônio Líquido		4	4	8
Revisão Analítica		8	4	12
Ajustes, eliminações e reclassificações	8			8
Eventos Subsequentes	4		4	8
Demonstrações Contábeis	5		8	13
Relatório de auditoria	8			8
Supervisão	10			10
Controle de Horas	1		4	5
Carta de Representação	8			8
HORAS	72	86	78	220

TABELA 2 – PLANEJAMENTO HORAS

## 2.13 DEFININDO A MATERIALIDADE

Importante balizador no planejamento dos trabalhos de auditoria para mensurar a abordagem dos trabalhos de Final. A materialidade sempre será um balizador para distorções e seus efeitos nas demonstrações contábeis, sendo ajustados ou não.

De acordo com Almeida (2003):

Materialidade em auditoria que dizer que se ocorresse um erro ou irregularidade até esse valor não levaria os leitores a terem entendimento errôneo sobre as demonstrações financeiras.

Determinando a materialidade conseguimos na etapa de planejamento, para a execução na etapa de Final (fechamento de balanço) mensurar as rubricas e transações importantes, assim como, reduzir os erros ou diferenças aceitáveis para não obter uma ressalva no parecer (Relatório de Auditoria).

Estes erros e diferenças uma vez não mensuradas podem levar ao usuário das demonstrações financeiras a uma tomada de decisão errônea, dessa forma a materialidade pode balizar ao auditor a identificar distorções relevantes.

De acordo com Almeida (2003)

Fixar o valor material para as demonstrações financeiras depende muito da experiência do Auditor externo e sua sensibilidade com relação a empresa auditada.

Para este calculo o Conselho Federal de Contabilidade lançou em 1º de janeiro de 2010 um balizador para os auditores, não definindo o percentual a ser utilizado, mas sim referenciais para se determinar a amostragem, como exemplo:

- a) 5% do lucro após os impostos; ou
- b) 1% da receita bruta ou despesa total,

Estes referenciais exigem do auditor independente o uso do julgamento profissional, devendo deixar evidenciada a metodologia e parâmetros para a definição da materialidade que norteia cada trabalho de auditoria. O Auditor adicionalmente deve-se levar em consideração também o total do ativo como um balizador para a materialidade, quando a empresa tem como atividade produção e comercialização de produtos, tendo em vista os maquinários, estoques e movimentos financeiros descritos no Ativo.

Para este calculo da materialidade o auditor não pode simplesmente efetuar um calculo matemático e sim julgamento profissional, levando em consideração os riscos das operações realizadas pela entidade

## 2.14 CONTROLES INTERNOS

De acordo com Almeida (2003)

O Controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios.

O Controle interno na auditoria pode ser avaliado nas principais atividades desta, como área de vendas, área de compras e recursos humanos, estes envolvendo diversas áreas da empresa abrangendo assim uma grande fatia das rubricas apresentadas nas demonstrações contábeis.

Estes controles são de responsabilidade da Administração, cabe ao Auditor identifica-los e testa-los. Para identificar estes controles a administração deve formalizar suas rotinas internas em manuais de atividades, como por exemplo:

- a) Formulário de prestação de contas de viagens;
- b) Formulários de ajustes de estoques;
- c) Pedido de compra;
- d) Fichas de Lançamentos contábeis;
- e) Formulário de movimentação de caixa;
- f) Formulário de devolução de material;

De acordo com Attie (2011):

A importância do controle interno fica patente a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não disponha de controles que possam garantir a continuidade do fluxo de operações e informações proposto.

Todas as empresas independentes do tamanho e representatividade, possuem controles internos, estes por sua vez tem necessidade desde que para um funcionário não efetue uma fraude frente a entidade, mas também tem a responsabilidade de prevenir erros e distorções significativas.

Sem um controle interno eficiente nenhuma empresa consegue mensurar os saldos contábeis com confiabilidade tendo em vista que estes controles são inúteis, levando assim a falta de confiabilidade dos relatórios contábeis.



Controles internos eficientes por si só contribuem mas não inibem fraudes, tendo em vista que por mais segregado esteja os controles dentro de diversas áreas da entidade, podem ocorrer fraudes, tendo em vistas os principais responsáveis destes controles estejam agindo de má fé, por este motivo é importante a revisão de todos os controles assim como testa-los anualmente afim de abordar possíveis desvios.

De acordo com Attie (2011):

A eficiência do sistema de controle interno como um todo deve permitir detectar não somente irregularidade de atos intencionais, como também erros de atos não intencionais.

Um dos mais importantes controles internos existentes, fica sob juízo da segregação de função, sendo um dos elementos mais críticos do sistema de controles, basicamente se a revisão não estiver em parceria com o executor este controle funciona sempre na prevenção dos erros e fraudes.

Todo controle interno efetivo tem balizadores introdutórios para seu ideal funcionamento, sendo eles:

- a) Plano de organização;
- b) Sistema de autorização e procedimentos de escrituração;
- c) Pessoal qualificado e treinado;
- d) Salvaguarda dos interesses da entidade;
- e) Precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis;
- f) Estímulo à eficiência operacional;
- g) Aplicabilidade as políticas internas existentes;
- h) Programas de computadores confiáveis e bem atualizados;
- i) Procedimentos de entradas de dados;
- j) Precisão nos processamentos dos procedimentos dos controles;
- k) Manutenção de arquivos;
- l) Manutenção dos equipamentos tanto fabris quanto administrativos;
- m) Responsabilidades pela execução dos controles;
- n) Responsabilidade da Administração;

Para que o auditor independente execute satisfatoriamente uma auditoria dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras, a administração deve cumprir algumas responsabilidades, sendo elas suportar a sua avaliação com base em evidência suficiente, inclusive documentação.

A Abordagem da auditoria quanto aos testes dos controles internos, submetem-se em 3 (três) etapas: entrevista, desenho e identificação dos controles e testes de observância e/ou testes substantivos.

## 2.15 ENTREVISTA

A entrevista com os responsáveis pelas áreas da empresa, levam o Auditor junto aos executores dos controles internos através de testes de indagação, desenhando o fluxo de atividades e controles executados para as operações realizadas internamente, como por exemplo entrevistando um gerente comercial, o auditor consegue efetuar o desenho do fluxo operacional desde o surgimento do pedido de venda, realizado pelo cliente da entidade até o faturamento e despacho da mercadoria, identificando todos os controles descritos neste processo.

Nesta entrevista é importante que sejam realizados diversos questionamentos, de quem são os colaboradores responsáveis pelos controles e descrever passo a passo o fluxo.

## 2.16 DESENHO E IDENTIFICAÇÃO DOS CONTROLES

Após efetuar a entrevista com os colaboradores, o auditor efetua o desenho ou confecção do fluxograma dos controles identificados, numerando-os e identificando as principais evidências para a sua execução, adicionalmente o auditor deve identificar os controles chave para o próximo passo.

## 2.17 TESTES DE OBSERVANCIA E/OU TESTES SUBSTANTIVOS

No teste de observância consiste para todos os controles identificados, o acompanhamento na execução dos controles assim como coleta de evidências do teste efetuado, formalizado em papel de trabalho do auditor.

Este teste da revisão da execução novamente do controle denominado reexecução do controle, consiste em o responsável pelo mesmo, executar novamente o controle sendo o auditor desempenhando a observação do funcionamento coletando evidências.

De acordo com Junior, Fernandes, Ranha e Carvalho (2011) reexecução é um termo usado para se referir a um teste de controles que consiste na execução de um atividade uma segunda vez, para assegurar que os funcionários encarregados de um controle.

De acordo com Junior, Fernandes, Ranha e Carvalho (2011) a reexecução consiste em uma combinação de cálculo, comparação, indagação, inspeção e observação. Outras técnicas de auditoria como confirmação e inspeção física, podem também fornecer evidências de Auditoria, direta ou indiretamente, sobre a eficácia dos controles internos.

A combinação destas técnicas de auditoria, indagação, inspeção e observação tem-se a denominação de Walk-through.

A seguir descrevemos alguns procedimentos introdutórios para as rubricas descritas na tabela 2.

	Sênior	Assistente	Trainee	TOTAL
<b>Áreas Envolvidas</b>				
Final				
Advogados		4	1	5
Resumo de Atas e Contrato Social			4	4
Caixa e equivalentes de caixa			4	4
Contas a receber		8		8
Estoques		10	10	20
Despesas antecipadas			5	5
Investimentos		8		8
Permanente		8	8	16
Fornecedores		8		8
Contas a pagar		4	4	8
Empréstimos		4	4	8
Patrimônio Líquido		4	4	8
Revisão Analítica		8	4	12
Ajustes, eliminações e reclassificações	8			8
Eventos Subsequentes	4		4	8
Demonstrações Contábeis	5		8	13
Relatório de auditoria	8			8
Supervisão	10			10
Controle de Horas	1		4	5
Carta de Representação	8			8
<b>HORAS</b>	<b>72</b>	<b>86</b>	<b>78</b>	<b>220</b>

TABELA 3 – GUIA DOS PAPEIS DE TRABALHO

## 2.18 PAPÉIS DE TRABALHO

Normalmente os papéis de trabalho consistem na formalização dos diferentes testes executados nas diversas etapas do cronograma, desde as entrevistas iniciais, até a revisão das demonstrações contábeis devem estar formalizados nos papéis de trabalho. Esta formalização segue uma padronização pelo auditor, facilitando assim o entendimento, execução do teste, revisão do mesmo pelo superior imediato do trabalho, assim como, arquivamento das evidências encontradas.

Devem estar contidos nos papéis de trabalhos, a logo do auditor, assim como título do testes, referencia, data de execução e revisão do teste, assim como

assinatura do auditor. Adicionalmente o papel de trabalho deve incluir em seu corpo o objetivo do papel de trabalho, procedimentos efetuados, conclusão e referencia dos saldos e informações apresentadas assim como, legenda dos tiques.

De acordo com Attie (2011) a arquitetura da evidenciação dos exames praticados nos papéis de trabalho deve obedecer a um padrão de elaboração de forma a expressar, com clareza, início, meio e finalidade a que se presta.

Os papéis de trabalhos devem compreender quesitos introdutórios para seu complemento:

- a) Completabilidade;
- b) Objetividade;
- c) Concisão;
- d) Lógica;
- e) Limpeza;
- f) Organização.

Para um completo entendimento dos papéis de trabalho, estes devem seguir uma referencia sequencial para melhor entendimento sempre de forma sintética para a forma analítica dos testes. Conforme destacado na tabela 4, a seguir:

Referencia	Descrição	Determinação
A1	Lead caixa e equivalentes de caixa	Papel de trabalho com a descrição dos saldos na data base
A1.1	Controle de confirmações de terceiros	Papel controle com as entidades circularizadas
A1.1.01	Confronto confirmações de terceiros	Papel com o confronto dos saldos informados por terceiros frente ao saldo contido da contabilidade da data base

TABELA 4 – ENTENDIMENTO REFERENCIA PAPEIS DE TRABALHO

A Referencia descrita acima na Tabela 3, determina ao auditor embasamento para possíveis referencias cruzadas, onde informações contidas no papel de trabalho A1 constam também nos outros papéis de trabalho.

De acordo com Attie (2011) As referencia cruzada proporcionam adequada amarração dos papéis de trabalho, evidenciando onde os trabalhos foram realizados

ou os valores examinados, sejam em uma mesma área ou que tenham influência em outras áreas de trabalho.

Outro importante ferramenta incluída no papel de trabalho são os tiques descritos na legenda ao final do papel de trabalho, estes por sua vez são explicativos através de sinais, que informam ao leitor e/ou revisor do papel de trabalho a fonte de obtenção das informações inclusas nos testes, por exemplo: se o auditor efetua confronto do razão contábil com a finalidade de amostragem para verificação de documentos físicos, este por sua vez nas informações descritivas do razão levam um tique demonstrando que estas informações foram retiradas do razão contábil.

Qualquer evidencia durante os trabalhos de auditoria devem virar um papel de trabalho, com referencia e incluídos em pasta de papéis de trabalho, assim como assinado pelo executor do teste e assinado pelo revisor direto.

## 2.19 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Contábeis e/ou Financeiras, tem em seu papel demonstrar o controle patrimonial, assim como as grandes operações realizadas durante o exercício em análise, assim como, demonstrar a saúde financeira da entidade e sua liquidez perante a sua operação.

A contabilidade tem que ser baseada em princípios e fundamentos éticos com competência, confeccionando informações de suma importância para a tomada de decisão dos administradores e investidores denominados usuários das Demonstrações Financeiras, estas sendo o produto final e mais importante da contabilidade em si, descrevendo as práticas adotadas na contabilidade sempre de forma uniforme e homogênea, em ordem cronológica demonstrando assim o histórico de operações significativas a entidade.

De acordo com Attie (2011) é evidente que as demonstrações contábeis não representam a simples soma dos dados, mas devido a seu caráter abrangente revelam o inter-relacionamento e a interdependência dos diversos segmentos que as compõem.

Levando em consideração sua importância, é importante ao usuário entendimento da estrutura das Demonstrações Financeiras, esta por sua vez,

proporcionando comparativos das operações realizadas pela empresa durante o exercício em comparação com o exercício anterior, demonstrando seu crescimento e/ou decréscimo.

No entendimento das demonstrações financeiras não basta a entidade apenas reunir importantes relatórios e o auditor revisar os saldos e informações neles contidos, é preciso de um balizador, para tanto em 15 de setembro de 2009 a Comissão de Valores Mobiliários deliberou aprovação do pronunciamento técnico CPC 26 que trata sobre as demonstrações financeiras, tendo como objetivo estabelecer bases e critérios para estruturação destas.

De acordo com Attie (2011) este pronunciamento deve ser aplicado em todas as demonstrações financeiras elaboradas e apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

## 2.20 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, tem uma das mais importantes finalidades nas demonstrações financeiras, devendo representar a posição patrimonial e financeira da entidade, devendo repassar aos usuários a ideia da saúde econômica da entidade na data base em análise.

A Classificação do Balanço patrimonial deve obedecer sempre a ordem de maior liquidez para menor liquidez no Ativo e passivo, agrupando sempre os saldos por grandes grupos de bens e direitos de maior liquidez a curto prazo abaixo elencando de pouca liquidez sendo a longo prazo, conforme exemplos a seguir:

- a) Caixa e equivalentes de caixa;
- b) Contas a receber;
- c) Despesas Antecipadas;
- d) Investimentos;
- e) Permanente;

Deve também levar em consideração para os saldos passivos, as obrigações de curto prazo após as obrigações a longo prazo, assim como o passivo, deve seguir uma ordem cronológica, conforme exemplo a seguir:

- a) Fornecedores;
- b) Empréstimos e financiamentos a curto prazo;
- c) Contas a pagar;
- d) Obrigações trabalhistas;
- e) Obrigações fiscais;
- f) Provisões;
- g) Empréstimos e financiamentos a longo prazo;

Após estas informações traz-se as informações de Patrimônio Líquido, o qual traz sempre as rubricas que envolvam as diferenças entre o Ativo e Passivo, sendo elas os saldos integralizados dos sócios denominada Capital social e as rubricas de reservas legais assim como o resultado do exercício em análise.

## 2.21 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do resultado traz em seu corpo o resultado aplicado da empresa em operações realizadas no exercício em análise demonstrando sempre as receitas realizadas no período com sua principal atividade e na sua sequencia as despesas sejam elas comerciais e/ou administrativas antes da apuração dos impostos a recolher ou a diferir no período.

Para o balizador da demonstração do resultado devemos acompanhar a Lei nº 6.404/76 ajustada pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, o qual traz:

- a) Receita bruta de vendas e/ou prestação de serviços deduzindo os impostos pagos durante o exercícios, obtendo assim a receita líquida;
- b) Custo da mercadoria vendida e/ou custo na prestação de serviços obtendo assim o lucro bruto;
- c) Despesas comerciais e administrativas, outras despesas, obtendo assim o lucro antes dos impostos;



d) Imposto de Renda e Contribuição Social obtendo assim o lucro/ prejuízo do exercício.

## 2.22 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

A demonstração dos resultados abrangentes tem por finalidade demonstrar os ajustes e reclassificações não informados na demonstração do resultado, que impactam diretamente nos resultados de período anteriores.

De acordo com Attie (2011) os ajustes de reclassificações podem ser apresentados na demonstração de resultado abrangente ou nas notas explicativas. A entidade que apresente os ajustes e reclassificações nas notas explicativas devem mencionar os componentes dos outros resultado abrangentes após o respectivo ajuste de reclassificação.

## 2.23 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

A demonstração das mutações do patrimônio líquido devem demonstrar a movimentação do saldo apresentado do exercício anterior incluindo informações com a entrada do resultado do exercício e possíveis aumento e redução de capital, assim como distribuição de lucros para os sócios. Deve ser demonstrado ainda caso os sócios não tenham integralizado em sua totalidade o capital na empresa.

## 2.24 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Este por sua vez deve demonstrar o fluxo de entrada e saída de caixa para a obtenção de bens e direitos e liquidação de obrigações subdividido em três categorias como atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento.

De acordo com Attie (2011) os usuários das demonstrações contábeis de uma entidade estão interessados em conhecer como a entidade gera e usa os recursos de caixa e equivalentes de caixa independente da natureza das suas atividades e mesmo que o caixa seja considerado como o produto da entidade,

como é o caso de uma instituição financeira. Assim sendo, o Pronunciamento Técnico CPC 03 requer que todas as entidades apresentem uma demonstração de fluxo de caixa.

## 2.25 NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas como seu próprio nome já determina, tem por finalidade explicar mais analiticamente os saldos demonstrados nos quadros vistos anteriormente sendo que devem obedecer uma ordem cronológica antes das explicações tem por obrigações informar aos usuários informações como:

- a) Contexto Operacional, informando suas principais atividades e um breve histórico da empresa;
- b) Informações da base de preparação das demonstrações financeiras;
- c) Políticas Contábeis;
- d) Principais fontes de incertezas das estimativas;
- e) Moeda utilizada na demonstração financeira;
- f) Capital;
- g) Instrumento financeiros contidos nos quadros anteriores;
- h) Divulgar informações requeridas pelo Pronunciamento Contábil vigente;
- i) Informações adicionais não demonstradas nos quadros anteriores.

## 2.26 CARTA DA ADMINISTRAÇÃO

A carta da administração é um documento emitido pela entidade em papel timbrado da mesma endereçada ao auditor independente, confirmando as informações, dados, cálculos, bases de preparação, apresentação fornecidos ao auditor.

Sempre que o auditor executa trabalhos de auditoria em uma entidade, a mesma fornece esta carta contendo todas as informações fornecidas, assim como, as que não tenham embasamento por documentos e dados repassados, devem estar inseridas na carta.

Caso a administração não repasse esta carta, o auditor pode por sua vez limitar o escopo do seu exame, informado no relatório de auditoria.

## 2.27 RELATÓRIOS DE AUDITORIA

O Relatório de Auditoria tem por finalidade a comunicação do auditor através de sua opinião de forma clara e objetiva sobre sua análise das demonstrações Contábeis e/ou financeiras, sendo esta sempre de forma contrária ao certo.

Esta opinião do auditor por sua vez não desonera a administração em zelar pela continuidade e mantendo os princípios éticos e contábeis em sua confecção, este relatório apenas é uma opinião de uma profissional capacitado e especialista em contabilidade.

De acordo com Ferreira (2007) o parecer deve expressar, clara e objetivamente, se as demonstrações contábeis auditadas, em todos os aspectos mais relevantes, na opinião do auditor estão adequadamente representando ou não a situação do patrimônio e as suas modificações no período considerando, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileira de Contabilidade e, se for o caso, a legislação que rege as atividades da entidade.

Importante informação contida no relatório de auditoria a data deve ser do ultimo dia dos trabalhos de auditoria na entidade.

De acordo com Ferreira (2007) o Relatório e Auditoria deve conter a descrição resumida dos trabalhos executados pelo auditor compreendendo o planejamento, relevância dos saldos, volume de transações, o sistema contábil e o controle interno da entidade. A Execução dos procedimentos com base em testes e a avaliação das práticas e das estimativas contábeis adotadas, bem como a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O relatório de auditoria deve respeitar uma estrutura básica de 3 (três) parágrafos, sendo eles:

- I. Neste deve ser indicado o cliente auditado, e o período analisado, determinando as responsabilidades do auditor e da administração;
- II. Breve descrição das extensões do trabalho;
- III. Deve ser mencionado o que baseia a opinião do auditor;

O relatório de auditoria deve sempre trazer o embasamento e a opinião do auditor independente, sendo este em 4 (quatro) tipos, sendo eles:

- I. Sem ressalva;
- II. Com ressalva;
- III. Adverso;
- IV. Com abstenção de opinião;

- Sem Ressalva

De acordo com Ferreira (2007) O parecer sem ressalva indica que o auditor está convencido de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e, se for o caso, com a legislação específica, de forma a traduzirem, em todos os aspectos relevantes, a situação do patrimônio da entidade e as suas mutações no período auditado.

- Com Ressalva

O relatório de auditoria com ressalva vem deve ser emitido sempre que o auditor depare-se com alguma discordância com relação a administração da entidade como por exemplo o auditor mensurou um valor diferente da administração quanto as provisões de contingências passivas, sendo que a administração discorda em ajustar o saldo, o auditor deve emitir um relatório de auditoria, embasando a ressalva em parágrafo adicional antes do parágrafo contendo sua opinião com ressalva, sem incluindo as expressões: exceto por e exceto quando.

- Adverso

De Acordo com Ferreira (2007) o auditor deve emitir relatório adverso quando verificar que as demonstrações financeiras estão incorretas ou incompletas em tal magnitude que impossibilitem a emissão do relatório com ressalva.

No parecer adverso o auditor deve levar em consideração ajustes não efetuados que impactem nas demonstrações contábeis, sendo que o auditor deve apresentar os principais efeitos destes ajustes sobre o patrimônio da entidade no exercício em análise.

- **Abstenção de Opinião**

No relatório de auditoria o auditor deve levar em consideração fatos e informações relevantes agregadas que impossibilitem a emissão de opinião quanto as demonstrações financeiras, sendo estes fatos os que gerem incertezas quanto aos saldos apresentados.

De acordo com Ferreira (2007) A limitação na extensão pode ser imposta pela administração da entidade como por exemplo: I – o auditor não é contratado a tempo de acompanhar a contagem física dos estoques; II – não são solicitadas pela administração, a pedido do auditor, as confirmações de saldos e/ou informações diretamente com devedores, credores ou outras fontes externas; III – os registros contábeis são inadequados;

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

A Metodologia é o tópico do projeto de pesquisa que abrange maior número de itens, pois responde às seguintes questões: Como? Com quê? Onde? Quanto? (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 221).

#### **3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO**

A empresa Modelo abordada nesta monografia, enquadra-se como uma empresa de pequeno porte com faturamento médio anual de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), uma empresa de consultoria em licenças ambientais com dois sócios não enquadrada no simples nacional. Estes sócios contemplam um capital social na empresa de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).localizada no centro da Cidade de Curitiba, criada em meados de 2014.

#### **3.3 UNIVERSO DA PESQUISA**

O universo a ser explanado se dará pela aplicação dos conceitos introdutórios explorados já anteriormente frente aos saldos Contábeis e análise dos riscos encontrados nesta empresa em seu exercício social de 2015.

#### **3.4 INSTRUMENTOS UTILIZADOS**

O Processo do estudo de caso abordado nesta monografia, se dará em 3 (três) etapas:

- Coleta de dados;
- Calculo Materialidade;
- Análise do planejamento de horas;

- Procedimentos de coleta de dados

Para efetuarmos a coleta de dados, solicitamos ao Administrador da empresa os balancetes de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, efetuando assim pré análise dos riscos inerentes as rubricas sintéticas Contábeis direcionando assim o planejamento da Abordagem de Auditoria.

#### Balanço Patrimonial

##### ATIVO

Caixa e equivalente de caixa	77.825	11.936
Outros créditos	-	673
Total do Ativo circulante	<u>77.825</u>	<u>12.609</u>
Imobilizado	3.716	44.499
Total ativo não circulante	<u>3.716</u>	<u>44.499</u>
Total do Ativo	<u><u>81.541</u></u>	<u><u>57.108</u></u>

##### PASSIVO

Obrigações tributárias e sociais	<u>28.818</u>	<u>6.864</u>
Total passivo circulante	<u>28.818</u>	<u>6.864</u>

##### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	50.000	50.000
Resultado do Exercício	243.959	135.172
(-) Lucros distribuídos	<u>- 241.235</u>	<u>- 134.928</u>
Total Patrimônio líquido	<u>52.724</u>	<u>50.244</u>
Total Passivo + patrimônio líquido	<u><u>81.542</u></u>	<u><u>57.108</u></u>

TABELA 5 – SALDOS BALANÇO PATRIMONIAL EMPRESA MODELO 2014 E 2015

DRE		
Receita líquida	481.184	431.623
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
Custos	- 212.372	- 143.111
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
Lucro Bruto	268.812	288.512
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
Despesas operacionais		
Despesas gerais ou administrativas	- 24.351	- 157.769
Despesas comerciais	- 291	-
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
Lucro antes do resultado financeiro	244.170	130.743
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	689	5.549
Despesas financeiras	- 900	- 1.120
	<u>                    </u>	<u>                    </u>
Lucro do exercício	<u>243.959</u>	<u>135.172</u>

TABELA 6 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2014 E 2015

- Calculo da Materialidade da empresa Modelo

Para o calculo da materialidade a ser aplicada no planejamento dos trabalhos de Auditoria, estaremos nos baseando no tópico 2.13. Tendo em vista a empresa modelo ter sua atividade toda voltada a prestação de serviços, estaremos selecionando a rubrica de Receita Bruta em 31 de dezembro de 2015 como parâmetro para calculo, conforme a seguir:

Calculo da materialidade	
Receita Bruta 31 de dezembro de 2015	<u>517.097</u>
Percentagem Materialidade	2%
Materialidade	<u>10.342</u>
Parcentagem erro aceitável	5%
Erro Aceitável	<u>517</u>

TABELA 7 – CALCULO DA MATERIALIDADE EMPRESA MODELO



- Análise Documental e planejamento

Antes de efetuarmos a análise dos documento devemos efetuar um planejamento de horas a serem executadas, tendo em vista a complexidade do trabalho e levando em consideração a materialidade envolvida, assim como os riscos inerentes.

Planejamento de Horas	Sócio	Senior	Assistente	Trainee
Final - Papéis de trabalho				
Confecção de leads dos saldos analíticos				4
Confronto extratos bancários com saldos de caixa e equivalentes de caixa	0,5		4	4
Construção do mapa de movimentação do Imobilizado	0,5	1	4	
Recálculo das depreciações	0,5	1	2	
Voucher adições do imobilizado	0,5		1	2
Voucher Receitas	0,5	1	1	4
Recálculo dos tributos sobre a receita	0,5	4		
Voucher dos custos	0,5	1	2	2
Voucher das despesas administrativas	0,5	1	4	
Resumo de atas	0,5	1		2
Construção da cédula de ajuste	0,5	2		
Confecção das Demonstrações contabeis	0,5	2		
Confecção do Relatório de Auditoria	0,5	2		
Confecção da carta de representação	0,5	2		
<b>Total</b>	<b>6,5</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>18</b>

TABELA 8 – PLANEJAMENTO DE HORAS EMPRESA MODELO

Podemos perceber que na execução dos trabalhos envolveremos diversas categorias, e levando em consideração sua experiência na execução de cada papel de trabalho, diferem-se a quantidade de horas. Tendo em vista os menores volumes de horas envolvidas para os profissionais (Sócio e Sênior) levando em consideração sua abordagem de revisão dos papéis de trabalhos.

Para efetuarmos análise dos documentos é necessária uma prévia análise dos saldos mantidos acima da materialidade calculada na Tabela 7, tendo em vista este calculo, podemos definir as áreas a serem efetuadas as análises solicitando documentação suporte, conforme segue:

Para a rubrica de caixa e equivalente de caixa, solicitamos os seguintes documentos:

- cópia dos extratos bancários afim de justificar o saldo demonstrado em 31 de dezembro de 2015;

Para as rubricas de Imobilizado estaremos solicitando os seguintes documentos:

- Relatório Analítico dos itens contidos no Imobilizado na data base de 31 dezembro de 2015 segregados por sub grupos;
- Razão contábil de todas as rubricas de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Para a rubrica de obrigações tributárias estaremos solicitando todas as memórias de calculo quanto a apuração dos tributos assim como o resumo da folha de pagamento, tendo em vista a validação dos saldos dos tributos e contribuições a serem recolhidos.

Para as rubricas do Patrimônio Líquido estaremos solicitando os razões contábeis de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 para todas as rubricas.

Nas rubricas de resultado, estaremos solicitando os razões de todas as rubricas com saldos acima da materialidade afim de corroborar os saldos movimentados para resultado com documento físico também solicitado a administração da empresa.

## 4 RESULTADOS / ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 ANÁLISE DOS DADOS

A empresa Modelo não possui histórico de erros materiais nem de necessidade de reclassificações, tendo em vista estar enquadrado como um cliente rotineiro anual, onde já faz parte da carteira de clientes, em anos anteriores de auditoria, possuímos um histórico firmado, ou seja, um bom controle interno já realizado, gerando assim um risco de erros de controle baixo, agregado assim a erros inerentes identificados explanamos uma abordagem de Auditoria conservadora, analisando os saldos acima da materialidade para as rubricas já apresentadas no tópico 3.

Na análise dos documentos solicitados ao cliente, estaremos abordando a confecção dos papéis de trabalho em sua totalidade nas páginas a seguir levando como embasamento a tabela 8 de planejamento.

### 4.2 RESULTADOS

- Resumo de Atas e Contrato social

Para o papel de trabalho que envolve as atas, contrato social e/ou estatuto social, deve ser confeccionado na forma de memorando, contendo o resumo das principais informações contidas nos documentos solicitados aos clientes, sendo que o documento recebido do cliente deve ser anexado junto ao memorando resumo.

Para a empresa Modelo, observamos que a alteração do contrato social, deu-se pela 2ª Alteração Contratual, onde no resumo das atas somente constava a saída de um dos sócios da sociedade e entrada de um novo sócio por meio de cessão de cotas, conforme formalizado, vide ANEXO I.

- Caixa e equivalentes de caixa

Nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, devem ser listados analiticamente todos os saldos compondo assim o saldo sintético. A melhor evidência que pode-se ter quanto aos saldos de liquidez imediata, são as

confirmações de terceiros, este por sua vez deve ser confeccionado pela entidade em papel timbrado e enviado ao terceiro solicitando informações, estas por sua vez devem ser respondidas diretamente ao auditor sem interferência da entidade. Este teste por sua vez leva em consideração a existência dos ativos e confere diretamente quanto a uma superavaliação dos saldos, fraude comum em entidades com controles internos fracos.

Para os saldos que não tem informações de terceiros como os saldos de caixas, deve o auditor proceder a contagem do caixa atentando para processos introdutórios como contagem surpresa reduzindo assim a possibilidade de encobertar por parte da entidade saldos errôneos e atitudes de má fé.

Adicionalmente a este testes o auditor deve também testar quanto as conciliações bancárias, estas devem trazer a conciliação das movimentações do período frente ao extrato bancário. O auditor deve atentar para movimentações não constantes no extrato bancário.

Outro fator importante que o auditor deve levar em consideração fica a cargo das aplicações financeiras que compõem os saldos de caixas e equivalentes de caixa devem ter liquidez dentro do prazo de 3 meses conforme descreve o CPC 03, sendo que para aplicações que não tenham liquidez dentro deste período devem ser reclassificadas para investimentos.

Para melhor entendimento da Análise da Auditoria Externa quanto as Rubricas de Caixa e Equivalentes de Caixa e seus cruzamentos, vide ANEXO II.

- Imobilizado e depreciações

No Imobilizado são registrados os ativos fixos e intangíveis mantidos pela empresa assim como sua movimentação durante o período em análise reconhecidos sempre pelo seu custo de aquisição.

O auditor deve em sua abordagem confeccionar o mapa de movimentação do permanente partindo sempre do saldo do exercício anterior, contemplando as adições do imobilizado e intangível, baixas dos ativos, e reclassificações.

Para as adições o auditor deve efetuar composição dos itens efetuando amostragem solicitando documentos de aquisição corroborando com o bem.

Para as baixas o auditor deve solicitar documentação afim de corroborar a baixa do item.

Adicionalmente a este grupo de rubricas o auditor deve solicitar a entidade a composição analítica dos ativos imobilizados e ativos intangíveis efetuando recálculo da depreciação por item a partir da data registrada de aquisição e custo de aquisição, corroborando com o registro efetuado na contabilidade das estimativas credoras.

De acordo com o Pronunciamento 27, o auditor ao final de cada exercício deve solicitar o estudo de vida útil dos ativos em questão, afim de corroborar com o saldo reconhecido nas rubricas quando seus ativos imobilizados refletirem diretamente na sua atividade principal, não sendo o caso desta empresa modelo em que seus ativos não estão envolvidos diretamente, conforme podemos verificar no papel de trabalho, vide ANEXO III.

- Obrigações sociais e tributárias

Para esta rubrica o auditor deve solicitar o resumo da folha de pagamento identificando todos os saldos contabilizados e a pagar para o período em análise. Adicionalmente o auditor deve solicitar listagem dos funcionários efetuando amostragem dos mesmos, verificando documentação contida na pasta funcional. Levando em consideração nossa empresa modelo estar caracterizada como de pequeno porte, com apenas um funcionário, o auditor deve efetuar recalcule da folha de pagamento e seus benefícios corroborando a guia de recolhimento do INSS e FGTS e DARF dos impostos retidos na fonte e seus respectivos comprovantes de pagamentos.

Nesta rubrica também são registrados todos os impostos diretos e indiretos relativos a operação e comercialização de produtos e serviços, deve o auditor solicitar memória de calculo para todos os tributos municipais, estaduais e federais efetuando analise e recálculo corroborando os saldos pagos e a pagar dos tributos. Para os saldos pagos deve o auditor solicitar a entidade cópia das guias e DARfs de recolhimento assim como seu respectivo comprovante de quitação. Maiores entendimentos, vide ANEXO IV

- Patrimônio Líquido e DMPL

Para as rubricas contidas neste grupo deve o auditor através do Contrato Social da entidade assim como as atas efetuado resumo, movimentar o Patrimônio líquido no período em análise corroborando o saldo final com o registrado na contabilidade, conforme demonstrado no ANEXO V.

- Eventos Subsequentes

Para este teste o auditor deve efetuar indagação junto a administração assim como solicitar atas emitidas e alterações de contrato social, assim como todos os extratos bancários, identificando alguma operações acima da materialidade até a data do relatório de auditoria afim de ser reportada nas demonstrações financeiras. Conforme demonstrado no ANEXO VI.

- Voucher da Receita

Para esta análise o auditor deve validar a existência realmente da receita, e a data de seu recebimento, solicitamos assim o razão geral da receita de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 efetuando cruzamento com o saldo contábil em 31 de dezembro de 2015, efetuando análise de 100% das receitas descritas neste relatório, não encontrando divergências, concluindo assim pela sua adequada apresentação, vide ANEXO VII.

- Recálculo dos tributos sobre a receita

Analisando o perfil da empresa observamos que esta está enquadramento tributário no Lucro presumido, o qual tendo em vista seu faturamento anual, e expectativa de faturamento futuro, levantamos um comentário junto a Administração do porque do não enquadramento no simples Nacional, sendo este uma tributação menor melhorando assim seu resultado acumulado anual.

Quanto a tributação frente a receita, levando em consideração seu enquadramento no Lucro Presumido, efetuamos recálculo de todos os tributos incidentes sobre a

receita, solicitando assim as Guias e DARFs e seus respectivos comprovantes de pagamentos, conforme demonstrado no Papel de Trabalho no ANEXO VIII.

- Voucher dos Custos

Levando em consideração o ramo de atividade da empresa Modelo, os custos relativos a sua atividade fim são todos terceiros, sendo assim efetuamos análise documental dos pagamentos efetuados em sua totalidade com base no razão geral de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, conforme segue ANEXO IX.

- Voucher das despesas administrativas

As despesas administrativas são todas aquelas despesas relacionadas a administração inerentes a sua atividade fim, ou seja, que não tem impacto na atividade da empresa, para esta efetuamos análise de todas as despesas descritas no razão contábil, efetuando análise documental, da maior partes delas, sendo que o objetivo foi atingir 85% de confiança neste saldo. Conforme ANEXO X.

## **5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Levando em consideração a recente mudança na adaptação dos normativos Contábeis e ao crescimento da necessidade de adaptações destas pelo profissional contábil, ocorre uma crescente necessidade de empresas de pequeno e médio porte terem a confiabilidade em seus números, tanto para melhoria de seus resultados e controles internos, quanto a participações cada vez mais ativas deste perfil empresarial em licitações de prestação de serviços em entidades públicas brasileiras, desta forma o conhecimento da abordagem de Auditoria esteja cada vez maior por parte dos empresários afim de analisar e contratar empresas afim de justificar seus honorários sempre concorridos pela crescente concorrência deste profissional no mercado.

Neste contexto, os empresários precisam de um entendimento introdutório quanto ao entendimento do Auditor quanto a riscos inerentes e de controle, e análises substantivas dos saldos contábeis.

Ao analisar as informações obtidas junto a empresa modelo, efetuando as análises encontradas nos papéis de trabalhos anexo a este, e seus resultados, podemos demonstrar ao empresário o relatório de auditoria sem ressalva conforme ANEXO XI.



## 6 REFERENCIAS

ALMEIDA, MARCELO CAVALCANTI; **Auditoria Um Curso Moderno e Completo**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

ATTIE, WILLIAN; **Auditoria Conceitos e Aplicação**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

BRASIL. **Portal de Auditoria**. O Risco da Auditoria. Curitiba, 2016.  
Disponível em <<http://www.portaldeauditoria.com.br/sobreauditoria/O-RISCO-DE-AUDITORIA.asp>>. Acesso em 13 abril 2016.

BRASIL. Portal de Contabilidade. **Ativos e passivos contingentes**. Curitiba, 2016.  
Disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/passivoseativoscontingentes.htm>  
Acesso em 27 julho 2016.

BRASIL. Maciel Auditores. **Materialidade**. Joinville. 2016.  
Disponível em < <http://www.macielauditores.com.br/site/materialidade/>> Acesso em 27 julho 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n 1.213/09. Aprova a NBC TA 320 – **Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria**. Brasília, 2009.

COOPERS & LYBRAND. **Remuneração estratégica: a nova vantagem competitiva**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

COWPERTHWAITTE, Phil. Os segredos da auditoria em pequenas empresas. Transparência, São Paulo, Número 7. P.34 – p. 36. Set/2012.

CUNHA, Paulo Roberto da; BEUREN, Ilse Maria; HEIN, Nelson. **Procedimentos de auditoria independente utilizados pelas empresas de auditoria independente estabelecidas em Santa Catarina**. Revista Base, São Leopoldo, v. 3, n. 1, p. 53-62.

jan/abr. – 2006

FERREIRA, RICARDO J.. **Auditoria Teoria e Questões Comentadas**. 5<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2007.

JUNIOR, JOSÉ HERNANDEZ; FERNANDES, ANTONIO MIGUEL; RANHA, ANTONIO; CARVALHO, JOSÉ CARLOS OLIVEIRA DE; **Auditoria das Demonstrações Contábeis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

## ANEXO I PAPEL DE TRABALHO PARA RESUMO DE ATAS

ABCD Auditores Independentes		RESUMO DE ATAS
<b>Client</b>		<b>Period-end</b>
Empresa pequeno porte (Modelo ABC)		31/12/15
<b>Prepared By</b>	<b>Date</b>	<b>W/P reference</b>
Trainee Auditoria	XX.XX.XXXX	

**Objetivo WP:**

Concluir quanto a existência e apresentação das alterações do contrato social.

**Procedimentos Efetuados:**

Solicitamos ao Contador da entidade Modelo ABC, as atas e alterações do contrato social para o exercício em análise.

Evento – 2ª Alteração Contrato Social

Em 04 de agosto de 2015, o sócio minoritário Fulano da Silva efetuou cessão de suas cotas totalizando 5% para o sócio Administrador Beltrano Bento, efetuando assim sua saída da sociedade.

Em 04 de agosto de 2015, o sócio Administrador Beltrano Bento, efetuou cessão de 5% de suas cotas ao Sócio Joaquim da Silva, admitindo o assim na sociedade.

**Conclusão:**

Concluimos pela existência e apresentação das alterações no Contrato Social.

## ANEXO II PAPEL DE TRABALHO PARA CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

### ABCD Auditores Independentes

### Reconciliação Bancária

<b>Cliente</b>		<b>Exercício findo</b>
EMPRESA MODELO ABC		31.12.15
<b>Preparado por</b>	<b>Data</b>	<b>Ref. WP</b>
Assistente de Auditoria	XX.XX.XXXX	

#### Objetivo:

Efetuar a conciliação entre os saldos contábeis e os saldos bancários na data base de 31/12/2015, verificando possíveis divergências.

#### Procedimentos:

Solicitamos todos os extratos bancários, bem como as conciliações, e cruzamos suas informações afim de validar os saldos apresentados no balaço da companhia.

Lead Caixa e Equivalentes de Caixa

ATIVO	DESCRIÇÃO	31/12/14	AH	31/12/15	
<b>β</b>					
1101010001	Caixa	-	100%	334,20	IM
1101020001	conta corrente Banco do Brasil	28.285,85	-90%	2.835,56	{1}
1101030001	Aplicação Banco do Brasil	50.073,33	-82%	8.766,38	{2}
	<b>TOTAL CAIXA EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>78.359,18</b>		<b>11.936,14</b>	
		<b>T</b>		<b>T</b>	

#### Contas-corrente

#	Conta Contábil	Descrição	Saldo contábil	
<b>β</b>				
1	1101020001	conta corrente Banco do Brasil	2.835,56	{1}
2	1101030001	Aplicação Banco do Brasil	8.766,38	{2}
	<b>TOTAL</b>		<b>11.602</b>	
			<b>T</b>	

Saldo Extrato	Diferença Final
<b>ρ</b>	<b>κ</b>
2.836	-
8.766	-
<b>11.602</b>	<b>-</b>
<b>T</b>	

#### Conclusão:

Concluímos quanto a adequação dos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2015.

#### Tiques:

- ρ** Conforme extrato bancário
- β** Conforme balancete.
- κ** Calculado ABCD Auditores Independentes
- IM** Imaterial para maiores análises.
- T** Totalizado ABCD Auditores Independentes

## ANEXO III PAPEL DE TRABALHO PARA IMOBILIZADO

ABCD Auditores Independentes

ATIVO IMOBILIZADO

Data Base:  
31/12/15

Preparado por:  
Assistente de auditoria

A.2

### Objetivo WP:

Concluir quanto a precisão dos saldos apresentados no Balancete de 31/12/2015.

### Procedimentos Efetuados:

Solicitamos ao Sr. contador o balancete contábil de 31/12/15 efetuando confronto com os saldos apresentados para 31/12/14;

ATIVO	DESCRIÇÃO	31/12/14	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERENCIAS	31/12/15	31/12/15	<>
$\rho$							$\beta$	$\chi$
1203010002	Computadores e Impressora	-	2.799,00	-	-	2.799,00	2.799,00	-
1203040001	Veiculo Nissan Mod. March SL ANO 2015,	-	41.692,80	-	-	41.692,80	41.692,80	-
1203050003	Instalações	3.845,60	-	-	-	3.845,60	3.845,60	-
	<b>TOTAL IMOBILIZADO</b>	<b>3.845,60</b>	<b>44.491,80</b>	<b>{1}</b>	<b>-</b>	<b>48.337,40</b>	<b>48.337,40</b>	<b>A</b>
		<b>T</b>					<b>T</b>	<b>T</b>

ATIVO	DESCRIÇÃO	31/12/14	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERENCIAS	31/12/15	31/12/15	<>
$\rho$							$\beta$	$\chi$
1203100001	(-) Deprec.Equip.Escrit.	-	129,23	-	-	701,17	-	701,17
1203100004	(-) Deprec. de Veículos	-	-	3.138,17	-	3.138,17	-	3.138,17
	<b>TOTAL IMOBILIZADO</b>	<b>-</b>	<b>129,23</b>	<b>-</b>	<b>3.710,11</b>	<b>{2}</b>	<b>-</b>	<b>3.839,34</b>
		<b>T</b>					<b>T</b>	<b>T</b>

### Tiques:

- $\beta$  Conforme Balancete repassado pelo Sr. Matheus (Contabilidade Folador).
- T** Totalizado Dalla Pria Contabilidade
- $\mathcal{M}$  Imaterial para maiores analises.
- $\rho$  Conforme Razão Contábil
- $\chi$  Calculado Dalla Pria Contabilidade
- $\Delta$  Conforme Documento Fiscal de aquisição

Preparado por:  
Assistente de auditoria

A.2

**Objetivo WP:**

Concluir quanto a precisão dos saldos apresentados no Balancete de 31/12/2015.

**Procedimentos Efetuados:**

Solicitamos ao Sr. contador o balancete contábil de 31/12/15 efetuando confronto com os saldos apresentados para 31/12/14;

**Voucher Adições do Imobilizado**

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR	NF	FORNECEDOR	VALOR	<>
$\rho$			$\Delta$			$\chi$
27/04/2015	PAGO NF XXXX, FAST SHOP SA AQ. COMP. INFORMAT	2.799,00	XXXX	FAST SHOP	2.799,00	-
06/03/2015	XXXXX, NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA	41.692,80	XXXXX	NISSAN	41.692,80	-
	<b>TOTAL</b>	<b>44.491,80</b> {1}			<b>44.491,80</b>	-
		<b>T</b>			<b>T</b>	<b>T</b>

**Recálculo Depreciação**

DATA	DESCRIÇÃO	Aquisição	31/12/14	Taxa	Dias	Coeficiente	Depreciado
$\rho$			$\rho$				
31/12/14	Instalações	3.845,60	129,23	10%	365	10%	384,56
27/04/2015	PAGO NF XXXX, FAST SHOP SA AQ. COMP. INFORMAT	2.799,00	-	10%	248	7%	190,18
06/03/2015	XXXXX, NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA	41.692,80	-	20%	300	16%	6.853,61
	<b>TOTAL</b>	<b>48.337,40</b> {1}					<b>7.428,35</b> {3}
		<b>T</b>					<b>T</b>

TIE IN CRUZAMENTO	
{2} -	3.710,11 E
{3}	7.428,35
<>	<b>3.718,24</b> $\chi$

**Conclusão:**

Concluímos pela existência e precisão dos saldos adicionados ao imobilizado, assim como a valorização da depreciação executada, com excessão ao ajuste abaixo:

D	3501060002 Depreciações de Bens da Administração	3.718,24
C	1203100004 (-) Deprec. de Veículos	- 3.718,24

**Tiques:**

- $\beta$  Conforme Balancete repassado pelo Sr. Matheus (Contabilidade Folador).
- T** Totalizado Dalla Pria Contabilidade
- $\mathbb{M}$  Imaterial para maiores analises.
- $\rho$  Conforme Razão Contábil
- $\chi$  Calculado Dalla Pria Contabilidade
- $\Delta$  Conforme Documento Fiscal de aquisição

## ANEXO IV PAPEL DE TRABALHO PARA OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

Tendo em vista a imaterialidade dos saldos apresentados, concluímos pela não necessidade extensão de análise dos saldos

ABCD Auditores Independentes

Obrigações sociais e Tributárias

Data Base:  
31/12/15

Preparado por:  
Assistente de auditoria

A.2

**Objetivo WP:**

Concluir quanto a precisão dos saldos apresentados no Balancete de 31/12/2015.

**Procedimento Efetuados:**

Solicitamos ao Sr. Contador o balancete contábil de 31/12/15 efetuando confronto com os saldos apresentados para 31/12/14; Adicionalmente verificamos a imaterialidade dos saldos apresentados, o qual não estaremos estendendo nossas análises.

PASSIVO	DESCRIÇÃO	31/12/14	AH	31/12/15
β				
2102010004	COFINS a Recolher	-	100%	0,01
2102010005	CSLL a Recolher	4.417,26	-64%	1.580,11
2102010006	I.R.P.J. a Recolher	8.976,11	-71%	2.602,19
2102010008	I.R.R.Fonte a Recolher	1.107,10	-91%	101,92
2102010012	Ret.Pis/Cofins/Csll a Recolher	-	100%	279,00
	<b>IMPOSTOS FEDERAIS A RECOLHER</b>	<b>14.500,47</b>		<b>4.563,23</b> M
		<b>T</b>		<b>T</b>
2102040001	INSS a Recolher	3.390,28	-60%	1.344,34
2102040002	FGTS a Recolher	-	100%	152,75
2102040003	Salários a Pagar	-	100%	803,29
2102040006	Pro Labore a Pagar	-	100%	0,03
2102040010	Autônomos a recolher	8.377,06	-100%	-
	<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER</b>	<b>11.767,34</b>		<b>2.300,41</b> M
		<b>T</b>		<b>T</b>
	<b>TOTAL PASSIVO</b>			
		<b>T</b>		<b>T</b>

**Conclusão:**

Concluímos pela precisão dos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2015.

**Tiques:**

- β Conforme Balancete repassado pelo Sr. Contador
- T Totalizado ABCD Auditores Independentes
- M Imaterial para maiores análises.

## ANEXO V PAPEL DE TRABALHO PARA PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ABCD Auditores Independentes

DMPL

Data Base:  
31/12/15

Preparado por:  
Assistente de auditoria

A.2

**Objetivo WP:**

Concluir quanto a precisão dos saldos apresentados no Balancete de 31/12/2015.

**Procedimento Efetuados:**

Solicitamos ao Sr. Contador o balancete contábil de 31/12/15 efetuando confronto com os saldos apresentados para 31/12/14; Efetuando movimentação dos saldos apresentados para o PL

Lead Sados Patrimônio Líquido

PASSIVO	DESCRIÇÃO	31/12/14	AH	31/12/15
$\beta$		T		T
	2301010001 Capital Social	50.000,00		50.000,00
	2303010002 Lucros Acumulados	-		-
	2304010001 Lucro do Exercício	243.959,44		135.172,00
	2305010001 (-) Lucros Distr. ao Sócio A	- 241.235,42		- 124.928,00
	2305010002 (-) Lucro Distrib ao Sócio B	-		- 10.000,00
	<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>52.724,02</b>		<b>50.244,00</b> {1}
		T		T

	Capital Social	Reserva de capital	Prejuízo acumulado	Total
1° de janeiro de 2014	-	-	-	-
Integralização de capital	50.000 $\delta$	-	-	50.000 $\delta$
Lucro do exercício	-	-	243.959 $\delta$	243.959 $\delta$
Distribuição de lucros	-	-	- 241.235 $\delta$	- 241.235 $\delta$
Destinação das reservas	-	2.724 $\delta$	- 2.724 $\delta$	-
31 de dezembro de 2014	50.000 $\beta$	2.724 $\beta$	- $\beta$	52.724 $\beta$
Reversão Reservas	-	- 2.724 $\beta$	2.724 $\beta$	- $\beta$
Distribuição de lucros	-	-	- 2.724 $\beta$	- 2.724 $\beta$
Lucro do exercício	-	-	135.172 $\beta$	135.172 $\beta$
Distribuição de lucros	-	-	- 134.928 $\beta$	- 134.928 $\beta$
31 de dezembro de 2015	50.000 $\beta$	- $\beta$	244 $\beta$	50.244 {1}

**Conclusão:**

Concluimos pela precisão dos saldos apresentados para o PL

**Tiques:**

- $\beta$  Conforme Balancete repassado pelo Sr. Contador
- $\delta$  Conforme DF do Ano anterior
- T Totalizado ABCD Auditores Independentes
- $\mathcal{M}$  Imaterial para maiores análises.



## ANEXO VI PAPEL DE TRABALHO PARA EVENTOS SUBSEQUENTES

ABCD Auditores Independentes

Eventos Subsequentes

<b>Ciente</b> Roberlo do Brasil	<b>Data Base</b> 31/12/15
<b>Preparado por</b> Trainee de Auditoria	<b>Data</b> XX.XX.XXXX
	<b>Ref. WP</b> C1

**Objetivo:**

Identificar, através da verificação dos extratos bancários, as movimentações superiores a PM (R\$ 10.342) que possam afetar significativamente as demonstrações financeiras após a data-base de nossas análises, e indagar o cliente a respeito destas.

**Procedimentos Executados:**

Solicitamos a Sr. Contador, contabilidade, os extratos bancários do período compreendido entre 01/01/16 a 01/12/16. Depois, verificamos os extratos e identificamos as movimentações acima do PM. Em seguida, indagamos o cliente sobre as movimentações encontradas e verificamos a documentação suporte.

**Notas Gerais:**

I Em análise aos extratos bancários (conta corrente) dos bancos relativos ao período compreendido entre 01/01/14 à 01/12/16, identificamos as seguintes saídas equivalentes e/ou superior a 1/2 PM (71.500) mil:

C/C	Data	Banco	Histórico	Valor	Natureza
-----	------	-------	-----------	-------	----------

**Conclusão:**

Concluimos, com base nos testes/procedimentos executados que não ocorreram eventos subsequentes a data base de 31/12/15, que mereçam menção ou alterem nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

**Tiques**

☞ Conforme extrato bancário verificado.

## ANEXO VII PAPEL DE TRABALHO PARA RECEITAS

ABCD Auditores Independentes

VOUCHER RECEITA

Data Base:

31/12/15

Preparado por:  
Assistente de auditoria

C.1

**Objetivo WP:**

Concluir quanto a existência e precisão dos saldos apresentados no Balancete de 31/12/2015.

**Procedimento Efetuados:**

Solicitamos ao Sr. Contador o balancete contábil de 31/12/15 efetuando confronto com os saldos apresentados para 31/12/14; Adicionalmente solicitamos o razão contábil e livros fiscais de saídas, efetuando cruzamento com o saldos contábeis, tendo em vista o volume das receitas ser pequeno, decidimos por analisar documentalmente em 100% os saldos.

LEAD RECEITAS

RECEITA	DESCRIÇÃO	31/12/14	AH	31/12/15
β				
3103010001	Serviços Prestados			517.097,41
	<b>TOTAL RECEITA BRUTA</b>			<b>517.097,41</b> {1}

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR
β		
12/02/2015	Nota 9 - CLIENTE A	60.000,00
12/02/2015	Nota 10 - CLIENTE B	34.500,00
07/04/2015	Nota 10 - CLIENTE B	115.000,00
09/04/2015	Nota 12 - CLIENTE C	20.000,00
23/07/2015	Nota 10 - CLIENTE B	43.591,50
14/08/2015	Nota 15 - CLIENTE D	13.505,91
01/09/2015	Nota 10 - CLIENTE B	150.000,00
03/11/2015	Nota 10 - CLIENTE B	80.500,00
	<b>TOTAL</b>	<b>517.097,41</b> {1}
		T

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR	RECEBIMENTO
β			
12/02/2015	CLIENTE A	60.000,00	19/02/15
12/02/2015	CLIENTE B	34.500,00	19/02/15
07/04/2015	CLIENTE B	115.000,00	14/04/15
09/04/2015	CLIENTE C	20.000,00	16/04/15
23/07/2015	CLIENTE B	43.591,50	30/07/15
14/08/2015	CLIENTE D	13.505,91	21/08/15
01/09/2015	CLIENTE B	150.000,00	08/09/15
03/11/2015	CLIENTE B	80.500,00	10/11/15
	<b>TOTAL</b>	<b>517.097,41</b> {1}	
		T	

**Conclusão:**

Concluímos pela existência e precisão dos saldos apresentados para receita bruta em 31 de dezembro de 2015.

**Tiques:**

- β Conforme Balancete repassado pelo Sr. Contador
- T Totalizado ABCD Auditores Independentes
- M Imaterial para maiores análises.
- ρ Conforme Razão Contábil
- χ Calculado ABCD Auditores Independentes
- Δ Conforme Documento Fiscal de venda

# ANEXO VIII PAPEL DE TRABALHO DE RECALCULO DOS TRIBUTOS SOBRE A RECEITA

ABCD Auditores Independentes

Recálculo dos tributos sobre a receita

Data Base:  
31/12/15

Preparado por:  
Assistente de auditoria

**Objetivo WP:**

Concluir quanto a precisão dos saldos apresentados no Balancete de 31/12/2015.

**Procedimentos Efetuados:**

Solicitamos ao Sr. Contador o Livro Fiscal de saídas, filtrando todas as saídas pelo CFOP de prestação de serviços o qual efetuamos recálculo das apurações dos impostos sobre a receita.

**Recálculo Tributos - IRPJ**

RECEITA	C.1	517.097,41	
Base	32%	165.471,17	
Contábil	C	1.948,47	
TOTAL		167.419,64	
IRPJ	15%	25.112,95	χ
Contábil	C -	25.648,14	γ
<>	-	535,19	Ⓜ

**Recálculo Tributos - CSLL**

RECEITA	C.1	517.097,41	
Base	32%	165.471,17	
Contábil	C	1.948,47	
TOTAL		167.419,64	
CSLL	9%	15.067,77	χ
Contábil	C -	15.097,08	γ
<>	-	29,31	Ⓜ

**Recálculo Tributos - COFINS**

RECEITA	C.1	517.097,41	
PIS	3%	15.512,92	χ
Contábil	C -	15.512,92	γ
<>		0,00	Ⓜ

**Recálculo Tributos - ISS**

RECEITA	C.1	517.097,41	
PIS	5%	25.854,87	χ
Contábil	C -	25.854,87	γ
<>		0,00	Ⓜ

**Recálculo Tributos - PIS**

RECEITA	C.1	517.097,41	
PIS	0,65%	3.361,13	χ
Contábil	C -	3.361,12	γ
<>		0,01	Ⓜ

**Conclusão:**

Concluímos pela devida valorização e apresentação dos saldos de tributos sobre a receita.

**Tiques:**

- β Conforme Balancete repassado pelo Sr. Contador
- T Totalizado ABCD Auditores Independentes
- Ⓜ Imaterial para maiores análises.
- ρ Conforme Razão Contábil
- χ Calculado ABCD Auditores Independentes
- Δ Conforme Documento Fiscal de aquisição
- γ Conforme Guia/ DARF de Recolhimento e comprovante de pagamento

# ANEXO IX PAPEL DE TRABALHO DE VOUCHER DE CUSTOS

ABCD Auditores Independentes

LEAD CUSTOS

Data Base:  
31/12/15

Preparado por:  
Assistente de auditoria

D

**Objetivo WP:**

Concluir quanto a precisão dos saldos apresentados no Balancete de 31/12/2015.

**Procedimento Efetuado:**

Solicitamos ao Sr. Contador o balancete contábil de 31/12/15 efetuando confronto com os saldos apresentados para 31/12/14; Adicionalmente selecionamos os principais custos de serviços de terceiros, solicitando assim documentos suporte afim de concluir quanto a existência destes custos. Adicionalmente selecionamos os principais custos de materiais aplicados, solicitando assim documentos suporte afim de concluir quanto a existência destes custos.

LEAD CUSTOS

RECEITA	DESCRIÇÃO	31/12/14	AH	AV	31/12/15
β					
3304020001	Serviços de Terceiros			-	122.229,00 {1}
3304040001	Materiais Aplicados no Serviço			-	20.881,95 {2}
	<b>CUSTO SERVIÇOS PRESTADOS</b>				<b>-143.110,95</b>
					<b>T</b>

Voucher Serviços de Terceiros

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR	NF	Fornecedor	Valor	↔
ρ			v			
21/09/2015	VALOR NF 963, FORNECEDOR A	25.000,00	963	FORNECEDOR A	25.000,00	0,00
28/10/2015	VALOR NF 973, FORNECEDOR A	20.000,00	973	FORNECEDOR A	20.000,00	0,00
18/03/2015	VALOR NF 897, FORNECEDOR A	15.000,00	897	FORNECEDOR A	15.000,00	0,00
04/02/2015	PAGO NF 101, FORNECEDOR B	8.190,00	101	FORNECEDOR B	8.190,00	0,00
18/03/2015	VALOR NF 898, FORNECEDOR A	6.000,00	896	FORNECEDOR A	6.000,00	0,00
11/12/2015	VALOR NF 1008, FORNECEDOR A	6.000,00	1008	FORNECEDOR A	6.000,00	0,00
26/11/2015	VALOR NF 36, PREST SERVIÇOS	5.100,00	36	PREST SERV	5.100,00	0,00
20/07/2015	PAGO NF 132, FORNECEDOR C	4.800,00	132	FORNECEDOR C	4.800,00	0,00
08/04/2015	PAGO NF 108, FORNECEDOR C	4.800,00	108	FORNECEDOR C	4.800,00	0,00
06/05/2015	PAGO NF 113, FORNECEDOR C	4.800,00	113	FORNECEDOR C	4.800,00	0,00
22/05/2015	PAGO NF 2, PAGO FORNECEDO S	4.000,00	2	FORNECEDOR S	4.000,00	0,00
27/11/2015	PAGO NF 1, PAGO FORNECEDORR J	3.750,00	1	FORNECEDOR J	3.750,00	0,00
11/09/2015	PAGO FORNECEDORR I	3.000,00	1	FORNECEDOR I	3.000,00	0,00
02/01/2015	PAGO nf 5671, FORNECEDOR K	2.780,00	5671	FORNECEDOR K	2.780,00	0,00
11/09/2015	PAGO NF 3, PAGO FORNECEDORR J	2.000,00	3	FORNECEDOR J	2.000,00	0,00
13/08/2015	VALOR NF 29, PREST. SERVIÇOS	1.650,00	29	PREST. SERVIÇOS	1.650,00	0,00
25/09/2015	VALOR NF 32, PREST. SERV.	1.450,00	32	PREST. SERVIÇOS	1.450,00	0,00
16/06/2015	VALOR P.NF 25, PREST.	1.027,82	25	PREST. SERVIÇOS	1.027,82	0,00
16/06/2015	PAGO P. ND 25, PREST.SERVIÇOS	827,18	25	PREST. SERVIÇOS	827,18	0,00
22/06/2015	VALOR NF 24, PREST. SERVIÇOS	795,00	24	PREST. SERVIÇOS	795,00	0,00
16/04/2015	VALOR NF 18, PREST.	795,00	18	PREST. SERVIÇOS	795,00	0,00
20/08/2015	PAGO NF 2816, FORNECEDORR E	320,00	2816	FORNECEDOR E	320,00	0,00
09/09/2015	PAGO NF 106543, FORNECEDORR F	144,00	106543	FORNECEDOR F	144,00	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>122.229,00</b> {1}			<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>
	<b>TESTADO</b>	<b>107.440,00</b> ⚡				<b>T</b>
	<b>CONFIABILIDADE</b>	<b>88%</b> ⚡				

**Conclusão:**

Concluímos pela precisão e existência dos saldos apresentados para custos em 31 de dezembro de 2015.

**Tiques:**

- β Conforme Balancete repassado pelo Sr. Contador
- T Totalizado ABCD Auditores Independentes
- ρ Conforme razão Contábil
- v Conforme cópia da NF
- ⚡ Calculado ABCD Auditores Independentes

Preparado por:  
Assistente de auditoria

D

**Objetivo WP:**

Concluir quanto a precisão dos saldos apresentados no Balancete de 31/12/2015.

**Procedimento Efetuado:**

Solicitamos ao Sr. Contador o balancete contábil de 31/12/15 efetuando confronto com os saldos apresentados para 31/12/14; Adicionalmente selecionamos os principais custos de serviços de terceiros, solicitando assim documentos suporte afim de concluir quanto a existência destes custos. Adicionalmente selecionamos os principais custos de materiais aplicados, solicitando assim documentos suporte afim de concluir quanto a existência destes custos.

LEAD CUSTOS

RECEITA	DESCRIÇÃO	31/12/14	AH	AV	31/12/15
β					
3304020001	Serviços de Terceiros			-	122.229,00 {1}
3304040001	Materiais Aplicados no Serviço			-	20.881,95 {2}
	<b>CUSTO SERVIÇOS PRESTADOS</b>				<b>-143.110,95</b>
					<b>T</b>

Voucher Materiais Aplicados

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR	NF	Fornecedor	Valor	
ρ			v			
03/07/2015	PAGO EL.MEC S/C	5.000,00	128	EL.MEC S/C	5.000,00	0,00
18/05/2015	PAGO NF 178083, BALAROTI	3.100,00	178083	BALAROTI	3.100,00	0,00
08/06/2015	PAGO NF 224394, BALAROTI COM.MAT;	2.842,40	224394	BALAROTI	2.842,40	0,00
14/09/2015	PAGO ASSOC BRAS. AUT RES.	1.680,00	9865	ASSOC BRAS. AUT RES.	1.680,00	0,00
03/11/2015	PAGO COPIADORA GABARDO	1.100,00	7540	COPIADORA GABARDO	1.100,00	0,00
20/05/2015	PAGO HOTFLOOR SIST.	1.000,00	249	HOTFLOOR SIST.	1.000,00	0,00
22/06/2015	PAGO P.NF FAST SHOP	933,00	2390123	NF FAST SHOP	933,00	0,00
18/05/2015	PAGO NF 239736, BALAROTI	753,20	239736	BALAROTI	753,20	0,00
22/06/2015	PAGO KABUM SA	745,60	230812	KABUM SA	745,60	0,00
10/11/2015	PAGO ABEL	700,00	23	ABEL	700,00	0,00
17/08/2015	PAGO RIWAL DO BRASIL	500,00	298	RIWAL DO BRASIL	500,00	0,00
20/05/2015	PAGO ATENAS MAT CONST.	490,00	98473	ATENAS MAT CONST.	490,00	0,00
23/11/2015	PAGO SEVEC	341,98	24857	SEVEC	341,98	0,00
16/01/2015	PAGO NF 34524, MAKROLUZ COM.MAT.	300,00	34524	MAKROLUZ COM.MAT.	300,00	0,00
18/03/2015	PAGO KALUNGA	238,30	293847	KALUNGA	238,30	0,00
14/05/2015	PAGO NF 105569, CASA CONEXÃO	223,58	105569	CASA CONEXÃO	223,58	0,00
22/06/2015	PAGO NF 8908, CASA DAS BOTAS	178,00	8909	CASA DAS BOTAS	178,00	0,00
22/06/2015	PAGO CASSOL CENTER	154,20	73629	CASSOL CENTER	154,20	0,00
05/06/2015	PAGO NF 89525, BALAROTI COM.MAT.CONST.	116,61	89525	BALAROTI	116,61	0,00
23/11/2015	PAGO FELIPPE MORAES	112,00	24	FELIPPE MORAES	112,00	0,00
03/11/2015	PAGO NF 1610, APTEK SOL.	110,00	1610	APTEK SOL.	110,00	0,00
14/04/2015	PAGO RGK CONST.	74,98	2003	RGK CONST.	74,98	0,00
14/05/2015	PAGO NF 195895, CASSOL MAT CONST.	69,90	195895	CASSOL CENTER	69,90	0,00
27/01/2015	PAGO NF 34533, MAKROLUZ	66,60	34533	MAKROLUZ	66,60	0,00
21/05/2015	PAGO NF 6924, PROCAMPO PROD.	31,60	6924	PROCAMPO PROD.	31,60	0,00
27/01/2015	PAGO NF 34536, MAKROLUZ COM.MAT.	20,00	34536	MAKROLUZ	20,00	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>20.881,95</b> {2}			<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>
	<b>TESTADO</b>	<b>18.354,20</b> §				
	<b>CONFIABILIDADE</b>	<b>88%</b> §				
						<b>T</b>

**Conclusão:**

Concluimos pela precisão e existência dos saldos apresentados para custos em 31 de dezembro de 2015.

**Tiques:**

- β Conforme Balancete repassado pelo Sr. Contador
- T Totalizado ABCD Auditores Independentes
- ρ Conforme razão Contábil
- v Conforme cópia da NF
- § Calculado ABCD Auditores Independentes

# ANEXO X PAPEL DE TRABALHO DE VOUCHER DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS

ABCD Auditores Independentes

LEAD DESPESAS

Data Base:  
31/12/15

Preparado por:  
Assistente de auditoria

E

**Objetivo WP:**

Concluir quanto a precisão dos saldos apresentados no Balancete de 31/12/2015.

**Procedimento Efetuados:**

Solicitamos ao Sr. Contador o balancete contábil de 31/12/15 efetuando confronto com os saldos apresentados para 31/12/14;

RECEITA	DESCRIÇÃO	31/12/14	AH	31/12/15
β				
3501010001	Pró Labore	- 11.820,00	-	11.820,00
3501010002	Salários/Orden.e Gratificações	-	-	6.486,66
3501010003	13.Salário	-	-	583,33
3501010004	Férias	-	-	684,44
3501010008	Cesta Basica/Alimentação	-	-	9.006,09
3501010009	Vale Transporte	-	-	157,80
3501010010	Assistência Médica	-	-	493,63
3501010011	Fármacia	-	-	77,47
3501010013	Uniformes	-	-	1.419,00
	<b>DESPESAS C/PESSOAL PROPRIO</b>	<b>- 11.820,00</b>		<b>- 30.728,42</b>
			T	
3501020001	INSS	- 1.182,00	-	4.597,27
3501020002	FGTS	-	-	620,34
	<b>ENCARGOS SOCIAIS ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>- 1.182,00</b>		<b>- 5.217,61</b>
			T	
3501040001	Telefone	- 3.450,00	-	11.615,47
3501040002	Energia Elétrica	- 1.249,00	-	3.641,11
3501040004	Aluguel e Condomínio	-	-	6.382,74
3501040006	Limpeza e Conservação	-	-	88,87
3501040007	Manutenção e Reparos	-	-	415,00
3501040012	Serviços Contábeis	- 880,00	-	8.254,43
	<b>DESPESAS LOCALIZAÇÃO</b>	<b>- 5.579,00</b>		<b>- 30.397,62</b>
			T	
3501050001	Desp.C/ Cartório e Fotocópias	- 1.536,00	-	4.953,97
3501050002	Material de Escritório	- 1.000,00	-	1.269,55
3501050005	Despesas de Viagens	- 1.000,69	-	12.377,31
3501050006	Combust.e Manutenção Veículos	- 1.972,00	-	10.657,17
3501050007	Estacionam/Estar/Pedagio	-	-	8.535,50
3501050009	Taxi/Condução/moto Boy	-	-	840,47
3501050014	Serviços de Terceiros	-	-	2.600,00
3501050017	Bens de Pequeno Valor	-	-	4.370,00
	<b>DESPESAS C/EXPEDIENTE</b>	<b>- 5.508,69</b>		<b>- 45.603,97</b>
			T	
3501060002	Depreciações de Bens da Administração	-	-	3.710,11
	<b>DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>-</b>		<b>- 3.710,11</b>
			T	
3501070001	Despesas Anuncio e Publicidade	-	-	589,70
3501070008	Despesas Diversas	-	-	28.864,24
	<b>OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>-</b>		<b>- 29.453,94</b>
			T	
3501080001	IPTU	- 261,31	-	261,31
3501080002	Impostos e Taxas	-	-	11.275,81
	<b>DESPESAS TRIBUTARIAS</b>	<b>- 261,31</b>		<b>- 11.537,12</b>
			T	
3501090001	Despesas Bancárias	- 900,00	-	1.004,35
3501090005	Juros/Multas s/Atraso Impostos	-	-	116,24
	<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>- 900,00</b>		<b>- 1.120,59</b>
			T	
	<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>- 25.251,00</b>		<b>- 157.769,38</b>
			T	

TIE IN CRUZAMENTO

Σ {1} -116.992,65 E.1

**Tiques:**

β Conforme Balancete repassado pelo Sr. Contador

T Totalizado ABCD Auditores Independentes

M Imaterial para maiores análises

Preparado por:  
Assistente de auditoria

E

**Objetivo WP:**

Concluir quanto a precisão dos saldos apresentados no Balancete de 31/12/2015.

**Procedimento Efetuado:**

Solicitamos ao Sr. Matheus (supervisor Contabilidade Folador) o balancete contábil de 31/12/15 efetuando confronto com os saldos apresentados para 31/12/14;

RUBRICA	DATA	DESCRIÇÃO	VALOR	NF	FORNECEDORES	VALOR
3501070008	02/09/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	5.938,33	boleto	DESPESAS DIVERSAS N/DATA	5.938,33
3501070008	31/03/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	5.041,44	boleto	DESPESAS DIVERSAS N/DATA	5.041,44
3501050017	30/04/2015	PAGO NF TELEFONICA BRASIL	3.720,00	BOLETO	TELEFONICA BRASIL	3.720,00
3501080002	01/06/2015	PAGO IAP ARRECADACÕES	3.627,46	boleto	PAGO IAP ARRECADACÕES	3.627,46
3501050005	25/09/2015	PAGO DESP. VIAGEM C FE RELATORIO	3.542,00	boleto	PAGO DESP. VIAGEM C FE RELATORIO	3.542,00
3501070008	20/01/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	2.650,96	boleto	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	2.650,96
3501050014	21/10/2015	PAGO NF 5, SALDANHA	2.600,00	5	PAGO NF 5, SALDANHA	2.600,00
3501050001	20/07/2015	PAGO NF 406152, COPIADORA GABARD	2.100,00	406152	PAGO NF 406152, COPIADORA GABARD	2.100,00
3501070008	22/05/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	2.076,26	boleto	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	2.076,26
3501080002	16/07/2015	PAGO PREF. MUNIC CAMPINA G. SUL	1.900,00	boleto	PAGO PREF. MUNIC CAMPINA G. SUL	1.900,00
3501050005	30/10/2015	PAGO DESP. VIAGEM CFE RELATORIO	1.698,49	boleto	PAGO DESP. VIAGEM CFE RELATORIO	1.698,49
3501080002	06/04/2015	PAGO IPVA AO DETRAN	1.600,50	boleto	PAGO IPVA AO DETRAN	1.600,50
3501070008	14/04/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	1.251,81	boleto	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	1.251,81
3501050001	01/12/2015	PAGO NF 407252, COPIADORA GABARD	1.250,00	407252	PAGO NF 407252, COPIADORA GABARD	1.250,00
3501050006	05/11/2015	PAGO NF 22829, AUTO POSTO BORDIGN	1.200,00	228829	PAGO NF 22829, AUTO POSTO BORDIGN	1.200,00
3501050006	11/12/2015	PAGO D AGOSTIN PNEUS	1.134,00	boleto	PAGO D AGOSTIN PNEUS	1.134,00
3501070008	27/04/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	1.109,40	boleto	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	1.109,40
3501070008	17/11/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	958,80	boleto	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	958,80
3501050005	19/10/2015	PAGO DESP.VIAGEM CFE RELATORIO	874,65	boleto	PAGO DESP.VIAGEM CFE RELATORIO	874,65
3501050006	17/04/2015	PAGO GLOBO NISSAN	850,00	boleto	PAGO GLOBO NISSAN	850,00
3501070008	27/04/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	847,32	boleto	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	847,32
3501040012	22/05/2015	PAGO ORG. FOLADOR REF. 05/2015	827,00	boleto	PAGO ORG. FOLADOR REF. 05/2015	827,00
3501070008	27/04/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	771,67	boleto	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	771,67
3501050001	21/05/2015	PAGO COPIADORA GABARDO	760,00	boleto	PAGO COPIADORA GABARDO	760,00
3501050007	08/12/2015	PAGO CONCRETA ESTACIONAMENTO	720,00	recibo	PAGO CONCRETA ESTACIONAMENTO	720,00
3501050007	30/12/2015	PAGO ESTAC CONCRETA	720,00	recibo	PAGO ESTAC CONCRETA	720,00
3501070008	22/05/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	701,32	boleto	DESPESAS DIVERSAS N/DATA	701,32
3501070008	10/07/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	701,32	boleto	DESPESAS DIVERSAS N/DATA	701,32
3501050007	02/02/2015	PAGO NF 22612, CONCRETA ESTACION/	690,00	boleto	PAGO NF 22612, CONCRETA ESTACION/	690,00
3501050007	04/03/2015	PAGO NF 22747, CONCRETA ESTACION/	690,00	22747	PAGO NF 22747, CONCRETA ESTACION/	690,00
3501050007	02/04/2015	PAGO NF 22947, CONCRETA ESTACION/	690,00	22947	PAGO NF 22947, CONCRETA ESTACION/	690,00
3501050007	07/05/2015	PAGO 23086, CONCRETA ESTACIONAME	690,00	23086	PAGO 23086, CONCRETA ESTACIONAME	690,00
3501050007	02/06/2015	PAGO NF 23232, CONCRETA ESTAC.	690,00	23232	PAGO NF 23232, CONCRETA ESTAC.	690,00
3501050007	05/08/2015	PAGO 23484, CONCRETA ESTACIONAME	690,00	23484	PAGO 23484, CONCRETA ESTACIONAME	690,00
3501050007	04/09/2015	PAGO CONCRETA ESTACIONAMENTO	690,00	recibo	PAGO CONCRETA ESTACIONAMENTO	690,00
3501050007	08/10/2015	PAGO CONCRETA ESTACION.	690,00	recibo	PAGO CONCRETA ESTACION.	690,00
3501050007	05/11/2015	PAGO NF 23945, CONCRETA ESTAC.	690,00	23945	PAGO NF 23945, CONCRETA ESTAC.	690,00
3501080002	06/04/2015	PAGO IPVA AO DETRAN	671,28	boleto	PAGO IPVA AO DETRAN	671,28
3501040012	30/09/2015	PAGO ORG. FOLADOR REF. 09/2015	661,00	boleto	PGTO CONTABILIDADE	661,00
3501050017	28/09/2015	PAGO MICRO PARTS	650,00		PAGO MICRO PARTS	650,00
3501040012	30/10/2015	PAGO ORG. FOLADOR REF. 10/2015	626,00	boleto	PGTO CONTABILIDADE	626,00
3501050005	27/02/2015	PAGO DESP. VIAGEM CFE COMP.	625,00		PAGO DESP. VIAGEM CFE COMP.	625,00
3501050005	14/12/2015	PAGO DESP. VIAGEM	600,00		PAGO DESP. VIAGEM	600,00
3501040012	27/04/2015	PAGO ORG. FOLADOR REF. 04/2015	591,00	boleto	PGTO CONTABILIDADE	591,00
3501040012	29/06/2015	PAGO ORG. FOLADOR REF. 06/2015	591,00	boleto	PGTO CONTABILIDADE	591,00
3501040012	29/06/2015	PAGO ORG. FOLADOR	591,00	boleto	PGTO CONTABILIDADE	591,00
3501040012	31/08/2015	PAGO ORG. FOLADOR REF. 08/2015	591,00	boleto	PGTO CONTABILIDADE	591,00
3501040012	20/11/2015	PAGO ORG. FOLADOR REF. 13a.MENSAI	591,00	boleto	PGTO CONTABILIDADE	591,00
3501040012	30/11/2015	PAGO ORG. FOLADOR REF.; 11/2015	591,00	boleto	PGTO CONTABILIDADE	591,00
3501040012	30/12/2015	PAGO ORG. FOLADOR REF. 12/2015	591,00	boleto	PGTO CONTABILIDADE	591,00
3501050007	07/05/2015	PAGO 348, ESTAC. PERPETUO SOCORR	560,00	348	ESTAC. PERPETUO SOCORRO	560,00
3501040012	29/01/2015	PAGO ORG. FOLADOR REF. 01/2015	553,00	boleto	PGTO CONTABILIDADE	553,00
3501040012	09/02/2015	PAGO ORG. FOLADOR REF. ALTER.CON	550,00	boleto	PGTO CONTABILIDADE	550,00
3501040001	17/12/2015	PAGO TELEFONICA BRASIL	536,29	boleto	TELEFONICA BRASIL	536,29
3501040001	17/11/2015	PAGO TELEFONICA BRASIL	536,01	boleto	TELEFONICA BRASIL	536,01
3501070008	21/01/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	526,94	boleto	DESPESAS DIVERSAS N/DATA	526,94
3501050005	30/09/2015	PAGO DESP. DE VIAGEM CFE RELATORI	526,40	boleto	DESP. DE VIAGEM CFE RELATORIO	526,40
3501040001	19/10/2015	PAGO TELEFONICA BRASIL SA	513,67	boleto	TELEFONICA BRASIL	513,67
3501080002	06/08/2015	PAGO CREA PR	499,89	boleto	CREA PR	499,89
3501080002	10/12/2015	PAGO QUALICORP ADM E SERV.	493,63	boleto	QUALICORP ADM E SERV.	493,63
3501070001	25/05/2015	PAGO FORWARD PUBL.	450,00	boleto	FORWARD PUBL.	450,00
3501040001	24/08/2015	PAGO TIM CELULAR SA	418,74	boleto	TIM CELULAR SA	418,74
3501070008	23/02/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	409,20	boleto	DESPESAS DIVERSAS N/DATA	409,20
3501040004	27/04/2015	PAGO COND.ED. TIJUCAS	403,50	boleto	COND.ED. TIJUCAS	403,50
3501040004	09/11/2015	PAGO COND. EDIF TIJUCAS	402,68	boleto	CONDOMÍNIO	402,68
3501040004	09/10/2015	PAGO COND EDIF TIJUCAS	401,58	boleto	CONDOMÍNIO	401,58
3501040007	04/08/2015	PAGO NF 5, RODRIGO BUENO	400,00	5	RODRIGO BUENO	400,00
3501040004	10/09/2015	PAGO COND.ED. TIJUCAS	399,19	boleto	CONDOMÍNIO	399,19
3501050005	29/01/2015	PAGO DESP. VIAGEM CFE COMP.	396,00	boleto	DESP. VIAGEM CFE COMP.	396,00
3501040004	10/06/2015	PAGO CON D.ED. TIJUCAS	394,47	boleto	CONDOMÍNIO	394,47
3501040004	10/12/2015	PAGO COND.EDIF TIJUCAS	393,02	boleto	CONDOMÍNIO	393,02
3501040012	27/02/2015	PAGO ORG. FOLADOR REF. 02/2015	393,00	boleto	PGTO CONTABILIDADE	393,00
3501040004	10/07/2015	PAGO CONDOMIN.EDIF. TIJUCAS	390,07	boleto	CONDOMÍNIO	390,07

Preparado por:  
Assistente de auditoria

E

**Objetivo WP:**

Concluir quanto a precisão dos saldos apresentados no Balancete de 31/12/2015.

**Procedimento Efetuados:**

Solicitamos ao Sr. Matheus (supervisor Contabilidade Folador) o balancete contábil de 31/12/15 efetuando confronto com os saldos apresentados para 31/12/14;

RUBRICA	DATA	DESCRIÇÃO	VALOR	NF	FORNECEDORES	VALOR
ρ				v		
3501070008	09/11/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	388,99	boleto	DESPESAS DIVERSAS N/DATA	388,99
3501040004	10/08/2015	PAGO COND. ED. TIJUCAS	385,54	boleto	PAGO COND. ED. TIJUCAS	385,54
3501040001	25/09/2015	PAGO TIM CELULAR SA	380,56	boleto	CONDOMÍNIO	380,56
3501080002	26/01/2015	PAGO CREA PR	373,97	boleto	PAGO CREA PR	373,97
3501040012	02/01/2015	PAGO ORG. FOLADOR REF. 12/2014	367,43	boleto	PGTO CONTABILIDADE	367,43
3501070008	01/04/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	365,50	boleto	DESPESAS DIVERSAS N/DATA	365,50
3501050006	28/08/2015	PAGO VARGAS AUTO SOCORRO	360,00	boleto	VARGAS AUTO SOCORRO	360,00
3501080002	29/01/2015	PAGO CREA PR	353,70	boleto	CREA PR	353,70
3501050006	23/10/2015	PAGO SEVEC	341,98	boleto	SEVEC	341,98
3501050005	29/05/2015	PAGO DESP. VIAGEM CFE REALATORIO	341,08	boleto	DESP. VIAGEM CFE REALATORIO	341,08
3501050006	23/12/2015	PAGO POSTO PRESIDENTE	330,41	boleto	POSTO PRESIDENTE	330,41
3501050001	23/10/2015	PAGO COPIADORA GABARDO	330,00	boleto	COPIADORA GABARDO	330,00
3501050005	29/01/2015	PAGO DESP. VIAGEM CFE COMPROVAN	320,74	boleto	DESP. VIAGEM CFE COMPROVANTES	320,74
3501040001	23/03/2015	PAGO TIM CELULAR	316,79	boleto	TIM CELULAR	316,79
3501050005	23/11/2015	PAGO BELTRAO PALACE HOTEL	309,00	boleto	BELTRAO PALACE HOTEL	309,00
3501070008	23/10/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	306,49	boleto	DESPESAS DIVERSAS N/DATA	306,49
3501050005	23/11/2015	PAGO VIAÇÃO COMETA	298,00	boleto	PAGO VIAÇÃO COMETA	298,00
3501040004	27/04/2015	PAGO COND.ED. TIJUCAS	292,55	boleto	PAGO COND.ED. TIJUCAS	292,55
3501050002	31/08/2015	PAGO NF 11864, TONER PRINT	288,00	11864	TONER PRINT	288,00
3501040001	26/10/2015	PAGO TIM CELULAR SA	287,40	boleto	TIM CELULAR SA	287,40
3501040004	09/11/2015	PAGO COND. EDIF TIJUCAS	286,36	boleto	CONDOMÍNIO	286,36
3501040004	09/10/2015	PAGO COND EDIF TIJUCAS	286,10	boleto	CONDOMÍNIO	286,10
3501040004	10/09/2015	PAGO COND.ED. TIJUCAS	284,22	boleto	CONDOMÍNIO	284,22
3501070008	08/01/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	284,17	boleto	DESPESAS DIVERSAS N/DATA	284,17
3501040001	03/08/2015	PAGO TIM CELULAR SA	281,16	boleto	PAGO TIM CELULAR SA	281,16
3501040004	10/06/2015	PAGO CON D.ED. TIJUCAS	280,84	boleto	CONDOMÍNIO	280,84
3501040004	10/12/2015	PAGO COND.EDIF TIJUCAS	280,59	boleto	CONDOMÍNIO	280,59
3501050006	01/10/2015	PAGO AUTO ELETRICA MARIO	280,00	boleto	AUTO ELETRICA MARIO	280,00
3501050005	14/12/2015	PAGO MORANGOS HOTEL	279,90	boleto	MORANGOS HOTEL	279,90
3501040004	10/07/2015	PAGO COND.EDIF. TIJUCAS	279,46	boleto	COND.EDIF. TIJUCAS	279,46
3501050002	20/01/2015	PAGO NF 10620, TONER PRINT COM.	279,00	10620	TONER PRINT COM.	279,00
3501040004	07/01/2015	PAGO COND.EDIF. TIJUCAS	273,90	boleto	CONDOMÍNIO	273,90
3501040004	10/08/2015	PAGO COND. ED. TIJUCAS	273,59	boleto	CONDOMÍNIO	273,59
3501070008	10/04/2015	VALOR PG DESPESAS DIVERSAS N/DAT	272,96	boleto	DESPESAS DIVERSAS N/DATA	272,96
3501040001	09/12/2015	PAGO OI SA	271,44	boleto	PAGO OI SA	271,44
3501040001	23/03/2015	PAGO OI SA	268,48	boleto	PAGO OI SA	268,48
		<b>TOTAL</b>	<b>116.992,65</b>			
		<b>TESTADO</b>	<b>87.100,59</b>			
			74%			

**Conclusão:**

Concluimos pela precisão e existência dos saldos apresentados para despesas em 31 de dezembro de 2015.

**Tiques:**

- β Conforme Balancete repassado pelo Sr. Contador
- T Totalizado ABCD Auditores Independentes
- ρ Conforme razão Contábil
- v Conforme cópia da NF
- ξ Calculado ABCD Auditores Independentes



## **ANEXO XI RELATÓRIO DE AUDITORIA PARA PEQUENA EMPRESA SEM RESSALVA**

Levando em consideração a abordagem do trabalho direta para opinião as Demonstrações Financeiras da entidade Modelo para data base de 31 de dezembro de 2015, o qual obtivemos alguns ajustes que totalizados, vide ANEXO II, não ultrapassam a materialidade obtida e calculada vide TABELA 7.

Tendo em vista nenhuma consideração material para a Empresa Modelo, o relatório de Auditoria tem por finalidade expressar a opinião dos Auditores quanto suas análises neste caso sem ressalva.

No relatório de Auditoria, cada paragrafo deste tem uma finalidade específica, sendo que o primeiro, apenas uma breve abordagem do trabalho de Auditoria realizado, já abordado no tópico 2.27 desta monografia. O segundo parágrafo traz as responsabilidades da Administração quanto a preparação das Demonstrações Financeiras, sendo o terceiro as responsabilidades da Auditoria quanto a execução dos trabalhos e revisão das Demonstrações Financeiras.

Abaixo trazemos um modelo de Relatório de Auditoria adaptado a empresa Modelo, e sua conseqüente opinião.

### **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Empresa Modelo ABC  
Curitiba - PR

#### **Introdução**

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Modelo ABC (“ Companhia” ), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Modelo ABC em 31 de dezembro de 2015, Empresa Modelo ABC de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 01 de dezembro de 2015

ABCD Auditores Independentes  
CRC PR-0XXXXX/O-X

Auditor Responsável pela empresa de auditoria  
Contador CRC 1PRXXXXX/O-X

## ANEXO XII CÉDULA DE AJUSTE

Company EMPRESA MODELO ABC  
For Year Ende 31/12/15

NECESSIDADE DE AJUSTE SOBRE O BALANÇO E DRE					EFEITO SOBRE O RESULTADO - DÉBITO E CRÉDITO		BALANÇO PATRIMONIAL - DÉBITO E CRÉDITO							
NO	DESCRIÇÃO	CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO	EFEITO RESULTADO EXERCÍCIO ANTERIORES	EFEITO RESULTADO EXERCÍCIO ATUAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ATIVO CIRCULANTE	ATIVO NÃO CIRCULANTE	PASSIVO CIRCULANTE	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
1	AJUSTE DEPRECIÇÃO	3501060002 1203100004	3.718,24	-		3.718,24			-	3.718,24				
							3.718,24	-	-	-	3.718,24	-	-	
							135.172,00	-	50.244,00	12.609,00	44.499,00	-	6.864,00	-